

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA – MME

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 522/2015.

SUMÁRIO

LISTA DE DIRIGENTES	4
LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE ANEXOS	6
INTRODUÇÃO	7
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	10
FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	11
ORGANOGRAMA FUNCIONAL	12
MACROPROCESSOS FINALÍSTICO	13
1. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	14
1.1 Estrutura de Governança	14
1.2 Atuação da unidade de auditoria interna	14
1.3 Sistema de Correição	15
1.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos	16
1.5 Remuneração Paga a Administradores	17
1.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal	17
1.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	18
1.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	18
2. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	19
2.1 Canais de acesso do cidadão	19
2.2 Acesso às informações da unidade jurisdicionada	23
3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	24
3.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada	24
4. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS	26
4.1 Planejamento da Unidade	26
4.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados	26
4.2.1 Ações	26
4.2.1.1 Ações – OFSS	26
4.2.1.2 Análise Situacional	35
4.3 Informações sobre indicadores de desempenho operacional	40
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	42
5.1 Programação e Execução das despesas	42
5.1.1 Programação das despesas	42
5.1.1.1 Análise Crítica	42
5.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	42
5.1.3 Realização da Despesa	43
5.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	43
5.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ	43
5.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	44
5.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Exec. Diretamente pela UJ	44
5.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	45
5.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	46
5.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa	46
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	48
6.1 Estrutura de pessoal da unidade	48
6.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada	48
6.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho	49
6.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	50
6.1.4 Riscos identificados na gestão de pessoas	50
6.1.5 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	50
6.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	51
6.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	51
6.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	51
6.2.3 Análise Crítica dos itens 6.2.1 e 6.2.2	51
6.2.4 Contratação de Estagiários	52
7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	53

7.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário	53
7.1.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	53
7.1.2 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ	53
7.1.3 Análise Crítica	54
7.2 Bens Imóveis Locados de Terceiros	54
8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	55
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)	55
9 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE	57
9.1. Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU	57
9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	57
9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)	59
9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	59
9.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93	64
9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93	64
9.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações	64
9.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário	65
9.5 Alimentação SIASG E SICONV	65
10 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	66
10.1 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas	66
10.2 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976	68
10.3 Composição Acionária das Empresas Estatais	68
10.3.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida	68
10.4 Relatório de Auditoria Independente	68
11 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	69
11.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ	69
RESULTADOS E CONCLUSÕES	70

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente

Manoel Barretto da Rocha Neto

Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Roberto Ventura Santos

Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Thales de Queiroz Sampaio

Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento

Antônio Carlos Bacelar Nunes

Diretor de Administração e Finanças

Eduardo Santa Helena

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	10
Quadro A.2 – Ações – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	12
Quadro A.3 – Macroprocessos Finalístico	13
Quadro A.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	16
Quadro A.5 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	18
Quadro A.6 – Síntese da Remuneração dos Administradores	18
Quadro A.7 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS	26
Quadro A.8 – Indicadores de Desempenho	41
Quadro A.9 – Programação de Despesas	42
Quadro A.10 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	42
Quadro A.11 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	43
Quadro A.12 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários	43
Quadro A.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total	44
Quadro A.14 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários	44
Quadro A.15 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	45
Quadro A.16 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	46
Quadro A.17 – Força de Trabalho da UJ	48
Quadro A.18 – Distribuição da Lotação Efetiva	48
Quadro A.19 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	48
Quadro A.20 – Qualificação e capacitação da Força de Trabalho	49
Quadro A.21 – Custos do pessoal	50
Quadro A.22 – Composição do Quadro de Estagiários	52
Quadro A.23 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	53
Quadro A.24 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ	53
Quadro A.25 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	54
Quadro A.26 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014	55
Quadro A.27 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	57
Quadro A.28 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	59
Quadro A.29 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e serv. da UJ, da obrigação de entregar a DBR	65
Quadro A.30 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014	65
Quadro A.31 – Composição Acionária do Capital Social	68

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Anexo II – Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Anexo III – Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Anexo IV – Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Anexo V – Relatório de Auditoria Independente

INTRODUÇÃO

Este Relatório de Gestão tem por objetivo apresentar as práticas dos atos da gestão da Unidade Jurisdicionada empreendidas no exercício de 2014, com o intuito de proporcionar uma visão completa das principais realizações da gestão aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

O Relatório foi elaborado seguindo as orientações da DN TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014 e das orientações do órgão de controle interno Portaria CGU nº 522/2015.

De acordo com classificação contida no Anexo I da DN TCU nº 134/2013, o relatório de gestão será apresentado individualmente. A estrutura se baseia no Anexo III à Decisão Normativa – TCU nº 134, de 4 de dezembro de 2013 e segregada em 04 (quatro) seções, que detalhamos a desta maneira: Identificação; Introdução; Desenvolvimento; e Resultado e Conclusões.

Ressaltamos, em concordância com as orientações do Anexo III à DN – TCU nº 134/2013, que os itens apresentados na Portaria nº 90/2014, que dispõe sobre orientações quanto à elaboração de conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2014, com base no Anexo II desta decisão normativa, não se aplicam à CPRM em função da sua natureza, atividades e características, citados a seguir:

- *Item 2.5.4 – Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores.*

Justificativa: Os Administradores da CPRM não possuem remuneração variável.

- *Item 5.2.1 – Programa Temático.*

Justificativa: A CPRM não possui Programas Temáticos de Governo sob sua responsabilidade.

- *Item 5.2.1.1 – Análise Situacional.*

Justificativa: Pelo mesmo motivo, não há Programas Temáticos sob a responsabilidade da empresa para análise.

- *Item 5.2.2 – Objetivo.*

Justificativa: A CPRM não possui objetivos com relação a programas temáticos do Governo.

- *Item 5.2.2.1 – Análise Situacional.*

Justificativa: Pelo mesmo motivo, a CPRM não realiza análise com relação a este tema.

- *Item 5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS.*

Justificativa: Pelo mesmo motivo, a CPRM não possui ações de governo para programas temáticos.

- *Item 5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA2014 – Restos a Pagar não Processados – OFSS.*

Justificativa: A empresa não possui orçamento inscrito em restos a pagar para ações não previstas na LOA/2014, sob sua responsabilidade.

- *Item 5.2.3.4 – Ações – Orçamento de Investimento – OI.*

Justificativa: A LOA/2014 não contém ações de governo com recursos destinados para investimentos sob a responsabilidade da CPRM.

- *Item 5.5 – Informações sobre custos de produtos e serviços.*

Justificativa: A CPRM é uma empresa de pesquisa de recursos hídricos e minerais do país, subsidiada pelo governo federal, com recursos oriundos do Ministério de Minas e Energia, sendo certo que suas atividades não contemplam a industrialização de produtos e serviços.

- *Item 8.2.2 – Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional.*

Justificativa: A CPRM não possui imóvel nesta natureza.

- *Item 12.1 – Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.*

Justificativa: Devido à abrangência das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público ser para os Órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e do Tribunal de Contas da União, Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo,

Autarquias e Fundações da Administração Pública Federal signatárias ou supervisoras de contrato de gestão.

- *Item 12.7.2 – Composição Acionária da UJ como Investidora.*

Justificativa: A CPRM não detém investimento permanente em outras sociedades.

Destacamos, também, os itens da portaria com base no Anexo II desta decisão normativa que, apesar de se aplicarem à natureza, atividades e características da CPRM, não há conteúdo a ser de declarado no exercício de 2014:

- *Item 3.2 – Carta de Serviços ao Cidadão.*

Justificativa: A CPRM não implementou a carta de serviços ao cidadão em 2014.

- *Item 3.3 – Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços*

Justificativa: A CPRM não implementou mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços prestados para a sociedade em 2014.

- *Item 3.5 – Avaliação do desempenho da unidade jurisdicionada*

Justificativa: Em virtude de ainda estarmos na elaboração e finalização da Carta de Serviços não conseguimos fixar a pesquisa de satisfação com o público a partir dos compromissos do documento.

- *Item 3.6 – Medidas Relativas à acessibilidade*

Justificativa: Ainda não foram implementadas, mas já são objeto de estudo pela empresa.

- *Item 5.3 – Informações sobre outros resultados da gestão.*

Justificativa: Não houve notadamente fatos que transcendesse a execução orçamentária ou são auferidos por mecanismos não diretamente afetos ao PPA e ao orçamento.

- *Item 6.5 – Transferências de Recursos.*

Justificativa: Não houve transferência de recursos pela CPRM para outros órgãos ou entidades no exercício de 2014.

- *Item 7.1.4 – Irregularidades na área de pessoal.*

Justificativa: No exercício de 2014 não houve a existência de eventuais irregularidades relacionadas à pessoal.

- *Item 7.1.4.1 – Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.*

Justificativa: No exercício de 2014 não foi identificado eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

- *Item 7.1.4.2 – Terceirização Irregular de Cargos.*

Justificativa: No exercício de 2014 não foi identificado irregularidades nas terceirizações.

- *Item 9.1.2 – Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.*

Justificativa: Não houve Deliberações do TCU com pendências ao final do ano de 2014.

- *Item 9.2.2 – Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício*

Justificativa: Não houve recomendações da CGU pendentes ao final do exercício de 2014.

Observamos, também, que de acordo com as orientações na Parte A – Conteúdos Gerais, do Anexo II à DN – TCU nº 134/2013, não se aplicam os seguintes itens:

- *Item 7.3, alíneas: a) Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação. b) Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012. c) Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante,*

nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.

Justificativa: não se aplica à CPRM por não ter firmado, ao longo do exercício de 2014, contratos com empresas na situação apontada.

Desta forma, em cumprimento às disposições legais e estatutárias e do Tribunal de Contas da União, a Diretoria Executiva da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais/Serviço Geológico do Brasil (CPRM/SGB) apresenta o Relatório de Gestão do exercício de 2014.

No Relatório de Gestão da CPRM/SGB são registrados os resultados alcançados ao longo do exercício de 2014, tanto no campo financeiro quanto no campo operacional, no cumprimento do papel institucional da CPRM/SGB de prover, em quantidade e qualidade, informações indispensáveis à gestão dos recursos minerais e hídricos do país. Tais informações, que se constituem em ferramentas científicas de alavancagem do conhecimento geológico, hidrogeológico e ambiental, oferecem aos órgãos gestores suporte ao planejamento do uso e ocupação do território nacional.

As ações executadas no exercício são demonstradas de acordo com os grandes temas que mobilizaram o esforço da Empresa. Apresentam-se desdobradas em projetos e atividades cujo conjunto compõe o Plano Anual de Trabalho da CPRM/SGB de 2014 (PAT 2014), elaborado em conformidade com as dimensões setoriais do Plano Plurianual 2012-2015.

O ano de 2014 marcou o encerramento da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2), na qual estava inserida a maioria das ações finalísticas da CPRM/SGB, o que se traduz como reconhecimento da importância de suas atividades e produtos para a infraestrutura do país. Mais uma vez, como demonstração inequívoca do comprometimento da Empresa com a utilização dos recursos a ela destinados, logrou-se alcançar uma execução orçamentária exemplar, sendo empenhados 99,3% do limite autorizado.

Pelos resultados expostos, podemos afirmar que 2014 foi um ano profícuo na atuação da CPRM/SGB.

MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO
DIRETOR-PRESIDENTE

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA
Quadro A.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação	
Poder: Executivo	
Órgão de Vinculação: Ministério de Minas e Energia	Código SIORG: 2852
Identificação da Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais	
Denominação Abreviada: CPRM	
Código SIORG: 000227	Código LOA: 32202
Código SIAFI: 495001	
Natureza Jurídica: Empresa Pública	CNPJ: 00.091.652/0014-01
Principal Atividade: Pesquisa e Desenvolvimento das Ciências Físicas e Naturais	
Código CNAE: 7310-5	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2192-8252 (061) 3224-1616
Endereço Eletrônico: ouvidoria@cprm.gov.br	
Página na Internet: http://www.cprm.gov.br	
Endereço Postal: SGAN Quadra 603 – Conj. "J" – Parte A – 1º andar, CEP 70830-30, Brasília, DF.	
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada	
O Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, autoriza a constituição da sociedade por ações Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério das Minas e Energia. Em 1994, a Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, transforma a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM em empresa pública, com funções de Serviço Geológico do Brasil.	
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada	
O Decreto nº. 1.524, de 20 de junho de 1995, aprova o Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM.	
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
http://www.cprm.gov.br	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
495001	CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
495110	CPRM / Sede Brasília
495130	CPRM / Escritório Rio de Janeiro
495250	CPRM / Superintendência de Manaus
495260	CPRM / Residência de Porto Velho
495300	CPRM / Superintendência de Belém
495350	CPRM / Superintendência de Recife
495370	CPRM / Residência de Fortaleza
495400	CPRM / Superintendência de Salvador
495500	CPRM / Superintendência de São Paulo
495550	CPRM / Superintendência de Porto Alegre
495600	CPRM / Superintendência de Belo Horizonte
495650	CPRM / Superintendência de Goiânia
495710	CPRM / Residência de Teresina
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
29208	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
495001 / 495110 / 495130 / 495250 / 495260 / 495300 / 495350 / 495370 / 495400 / 495500 / 495550 / 495600 / 495650 / 495710	29208

FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) é uma instituição vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), inicialmente criada como empresa de economia mista pelo Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública com atribuições e responsabilidades do Serviço Geológico do Brasil (SGB) pela Lei nº 8.970, 28 dezembro de 1994.

Seu Estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de Junho de 1995, que, em seu artigo 4º, define que a CPRM tem por objeto:

I - subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;

II - estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

III - orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;

IV - elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados;

V - colaborar em projetos de preservação do meio ambiente, em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;

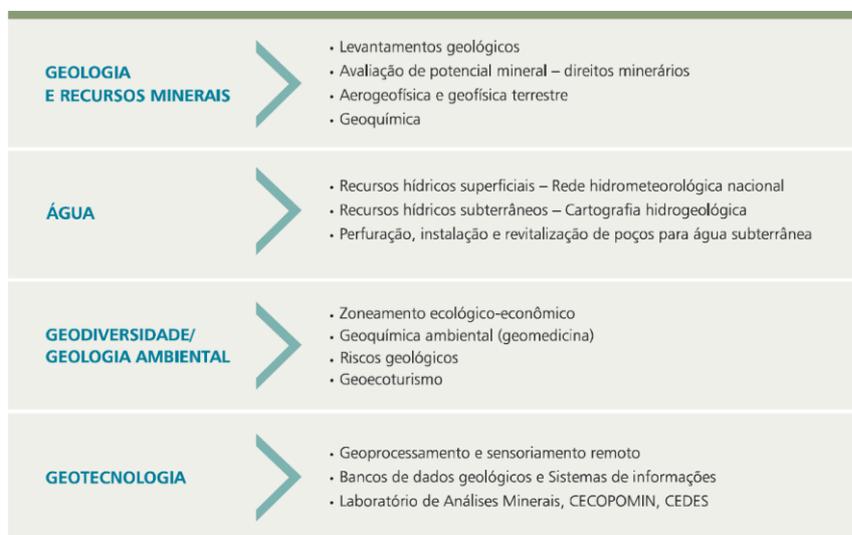
VI - realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à Paleontologia e à Geologia Marinha;

VII - dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

Tem a missão corporativa de “gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil”, advinda do preceito constitucional que delega à União a responsabilidade em prover o serviço oficial de geologia de âmbito nacional (Art. 21, item XV, da Constituição Federal).

Para cumprir sua missão, a CPRM/SGB atua em três áreas intrínsecas das geociências: Geologia (incluindo Aerogeofísica e Recursos Minerais), Recursos Hídricos e Geodiversidade, além de mobilizar imenso patrimônio profissional e tecnológico no desenvolvimento e manutenção de geotecnologias de suporte e divulgação de seu acervo, bem como na modernização e manutenção de laboratórios de análises minerais para suporte aos levantamentos geocientíficos e a outras instituições governamentais.

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL



ORGANOGRAMA FUNCIONAL
Quadro A.2 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Presidência	Orientar, dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades, os negócios e os interesses da CPRM, podendo fazê-lo diretamente ou através do acompanhamento da ação das diretorias e dentro das diretrizes e deliberações dos órgãos superiores.	Manoel Barretto da Rocha Neto	Diretor-Presidente	01/01 a 31/12/2014
Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial	Dirigir, promover e coordenar o planejamento, orientar e controlar os programas, projetos e ações de hidrologia, hidrogeologia e geologia aplicada ao ordenamento territorial, gestão ambiental e riscos geológicos.	Thales de Queiroz Sampaio	Diretor	01/01 a 31/12/2014
Diretoria de Geologia e Recursos Minerais	Dirigir, promover e coordenar o planejamento, orientar e controlar os programas, projetos e ações de geologia básica e recursos minerais, incluindo as atividades de geofísica, geoquímica e cartografia regional.	Roberto Ventura Santos	Diretor	01/01 a 31/12/2014
Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento	Dirigir, promover e coordenar o planejamento, orientar e controlar os programas e ações de gestão do acervo de dados, geoprocessamento e divulgação das informações, laboratórios de apoio e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico, além dos contatos interinstitucionais dentro do país.	Antônio Carlos Bacelar Nunes	Diretor	01/01 a 31/12/2014
Diretoria de Administração e Finanças	Dirigir, promover e coordenar o planejamento, orientar e controlar os programas e ações de gestão administrativa, orçamentária, patrimonial e de recursos humanos.	Eduardo Santa Helena	Diretor	01/01 a 31/12/2014
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Carlos Nogueira Costa Junior	Conselheiro	01/01 a 31/12/2014
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Manoel Barretto da Rocha Neto	Conselheiro	01/01 a 31/12/2014
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Jarbas Raimundo de Aldano Matos	Conselheiro	01/01 a 31/12/2014
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Luiz Gonzaga Baião	Conselheiro	01/01 a 31/12/2014
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Ladice Pontes Peixoto	Conselheira	01/01 a 31/12/2014
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Osvaldo Castanheira	Conselheiro	01/01 a 12/09/2014
Conselho de Administração	Deliberar sobre planos, programas e normas de ação, estrutura organizacional básica, de ordem econômica e financeira, bem como manifestar-se sobre outros assuntos previstos no Estatuto.	Waldir Duarte Costa Filho	Conselheiro	12/09 a 31/12/2014

MACROPROCESSOS FINALÍSTICO
Quadro A.3 – Macroprocessos Finalístico

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Realizar mapeamentos geológicos	Realizar mapeamentos geológicos; Avaliar o potencial mineral; Realizar levantamentos aerogeofísicos; Realizar levantamentos geoquímicos; e Realizar levantamentos geológicos marinhos.	Mapas geológicos, geofísicos, geoquímicos, de potencial mineral Cartas Batimétricas, Cartas Texturais, Cartas de Caracterização de Agregados Marinhos Relatórios Técnicos	Empresas de Mineração Empresas de Pesquisa Mineral Universidades Órgãos Estaduais de Geologia	DGM - Diretoria de Geologia e Recursos Minerais
Realizar levantamentos hidrogeológicos e da geodiversidade	Realizar levantamentos hidrogeológicos; Realizar levantamentos da geodiversidade; Realizar mapeamentos Geológico-Geotécnicos; e Monitorar sistemas de alerta hidrológicos.	Mapas Hidrogeológicos, de Geodiversidade, Cartas Municipais de Suscetibilidade a Deslizamentos e Inundações, Mapas de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações, Boletins de Alerta de Cheias, Estudos de regionalização de bacias.	Prefeituras e órgãos municipais de defesa civil, CEMADEN, CENAD; MCidades, Caixa Econômica Federal; IPEA e EPL Universidades Órgãos Estaduais de Geologia	DHT - Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial
Gerir informações geocientíficas	Realizar análises laboratoriais; Gerir o Banco de Dados Geocientíficos; e Pesquisar novas técnicas e métodos técnico-científicos	Análises químicas e minerais, de materiais geológicos e de águas Lâminas delgadas para Petrografia	DNPM Empresas produtoras de água mineral Outras Diretorias da CPRM	DRI - Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento

A CPRM ainda não realizou o mapeamento de seus processos. De qualquer forma, pode-se extrair da estrutura atual o que seriam os macroprocessos finalísticos da CPRM, a saber:

- Diretoria de Geologia e Recursos Minerais (DGM):
 - Macroprocesso: Realizar mapeamentos geológicos
 - Processo 1: Realizar mapeamentos geológicos
 - Processo 2: Avaliar o potencial mineral
 - Processo 3: Realizar levantamentos aerogeofísicos
 - Processo 4: Realizar levantamentos geoquímicos
 - Processo 5: Realizar levantamentos geológicos marinhos
- Diretoria de Hidrologia e Gestão Territorial (DHT):
 - Macroprocesso: Realizar levantamentos hidrogeológicos e da geodiversidade
 - Processo 1: Realizar levantamentos hidrogeológicos
 - Processo 2: Realizar levantamentos da geodiversidade
 - Processo 3: Realizar mapeamentos Geológico-Geotécnicos
 - Processo 4: Monitorar sistemas de alerta hidrológicos
- Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento (DRI):
 - Macroprocesso: Gerir informações geocientíficas
 - Processo 1: Realizar análises laboratoriais
 - Processo 2: Gerir o Banco de Dados Geocientíficos
 - Processo 3: Pesquisar novas técnicas e métodos técnico-científicos

1. INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

1.1 Estrutura de Governança

O Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, autorizou a constituição da CPRM, que teve seu primeiro estatuto aprovado pelo Decreto nº 66.058, de 13 de janeiro de 1970, iniciando suas atividades em 30 de janeiro de 1970. Em 28 de dezembro de 1994, pela Lei nº 8.970, a CPRM passa a ser uma empresa pública, com funções de Serviço Geológico do Brasil. O Estatuto da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM foi aprovado pelo Decreto nº 1.524, de 20 de junho de 1995, como empresa pública constituída pela União e vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva.

O Conselho de Administração da empresa é composto de um Presidente, nomeado pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado de Minas e Energia, do Diretor Presidente da CPRM que exerce a função de Vice-Presidente do colegiado, e de cinco Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária. A Diretoria Executiva é constituída do Diretor-Presidente e de quatro Diretores, todos eleitos pelo Conselho de Administração.

De acordo com a Norma Interna nº 004/PR, que trata do Plano Básico de Organização da CPRM, executam funções de controle na empresa o Conselho Fiscal e a Auditoria Interna. O Conselho Fiscal, com atribuições e deveres previstos em lei, compõe-se de três membros, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária. A AUDITE está subordinada administrativamente ao Presidente do Conselho de Administração – Decreto nº 3.591/2000, art. 15, §3º – e vinculada tecnicamente e a orientação normativa do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

A indicação para nomeação ou designação do titular da unidade de auditoria interna é submetida à Controladoria-Geral da União – CGU pelo presidente da empresa, após aprovação pelo Conselho de Administração conforme orientação da Portaria nº 915 da CGU, de 29.04.2014, nos termos do Decreto nº 3.591, de 06.09.2000.

A CPRM conta ainda, com a contratação de uma empresa de Auditoria Independente que analisa e emite Parecer sobre as Demonstrações Contábeis.

1.2 Atuação da unidade de auditoria interna

A Auditoria Interna – AUDITE da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, está vinculada diretamente ao Conselho de Administração da empresa, tendo por objetivo principal assessorar a Administração Superior na aferição do desempenho e cumprimento das atribuições definidas para cada área da Empresa, tendo em conta as diretrizes governamentais e as metas previamente determinadas, buscando fortalecer a gestão além de racionalizar as ações de controle.

Em atendimento a Instrução Normativa da SFC nº 001/2001, a AUDITE realiza suas atividades através de um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto dos processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais ocorridos na CPRM – Serviço Geológico do Brasil.

Para tanto, a Auditoria Interna emite Relatórios e Pareceres que contêm análises, avaliações, recomendações de forma a assegurar a fidedignidade das informações relativas ao desempenho e atividades das áreas examinadas, para que a Alta Administração possa concretizar o planejamento estratégico e transformar as ações em resultados.

A unidade de auditoria da CPRM é composta por um Chefe de Auditoria Interna, nomeado pelo Conselho de Administração e devidamente aprovação pelo da Controladoria Geral da União – CGU, por oito auditores e um assistente administrativo, todos do quadro efetivo da empresa.

No exercício de 2014 a AUDITE realizou os trabalhos de acompanhamento dos atos praticados pela Administração no período, abrangendo as áreas de Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial, de Recursos Humanos, de Suprimento de Bens e Serviços e Operacional, os quais

resultaram na elaboração de 08 Relatórios de Auditoria de Acompanhamento da Gestão e de 06 (seis) Notas Técnicas e (01) Parecer de Auditoria.

Com relação os trabalhos de monitoramento da gestão, com o objetivo de verificar as ações adotadas pelos gestores em atendimento as recomendações oriundas da Controladoria-Geral da União, da Auditoria Externa, da própria AUDITE e das determinações do expedidas pelo Tribunal de Contas da União ainda pendentes, foram elaborados 17 (dezessete) Relatórios de *Follow-up*.

A atividade permanente de acompanhamento e monitoramento dos atos de gestão possibilitou a AUDITE avaliar a efetividade no atendimento das recomendações e determinações exaradas no quadriênio 2010-2013, sendo certo que a empresa vem atingindo índices satisfatórios de adoção de ações saneadoras para os pontos críticos identificados pelo Sistema de Controle Interno, conforme demonstrado no seguinte quadro:

Constatações de Auditoria – 2011/2014	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%
Total	62	100%	106	100%	107	100%	125	100%
Implementadas	37	60%	82	77%	61	57%	44	35%
Implementadas Parcialmente	18	29%	20	19%	32	30%	42	34%
Não Implementadas	07	11%	04	4%	14	13%	39	31%

As atividades de auditoria *in loco*, realizadas em 08 (oito) Unidades Gestoras de Recursos da CPRM resultaram na apresentação de 92 (noventa e duas) recomendações, distribuídas por Unidade Gestora da empresa, de acordo com os pontos críticos identificados nos trabalhos.

Ressaltamos que os resultados dos trabalhos, considerando a efetividade das ações adotadas e as justificativas encaminhadas pelos Gestores, em atendimento aos pontos críticos identificados, são objeto de monitoramento constante por parte da Auditoria Interna, os quais são apresentados por meio de Relatórios de *Follow-up* a serem emitidos durante o exercício de 2015.

1.3 Sistema de Correição

Dispomos de Normas e Instruções Internas, orientado os procedimentos a serem adotados nos casos de furto, roubo ou sinistro dos bens. A Norma Interna AAS 06.01 – Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo foi atualizada em 27/11/2014, e está devidamente publicada na intranet da empresa com ampla divulgação para todos os empregados.

Os casos não previstos em nossos Normativos e Instruções Internas são buscados em legislação pertinente junto a Consultoria Jurídica da Empresa.

Nos casos de ocorrência de danos ao patrimônio público, ocasionados pelos empregados da empresa, é iniciada sindicância para apuração dos fatos, e se necessário constituído Processo Administrativo Disciplinar para responsabilização dos envolvidos.

A instauração de Sindicância, bem como o Processo Administrativo Disciplinar é iniciado por comissão específica para o assunto, devidamente nomeada por ATO emitido pelo Diretor Presidente.

Por oportuno, cabe ressaltar que a empresa comunica a Controladoria-Geral da União, através do sistema CGU-PAD, a instauração de sindicâncias ou processo administrativo, e o respectivo resultado, em atendimento ao disposto no Decreto nº 5.480/2005, bem como na Lei nº 10.683/2003 que estabelece esta obrigatoriedade.

1.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Quadro A.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3.	A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4.	Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
5.	Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6.	Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7.	As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.		x			
8.	Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		x			
9.	Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x			
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10.	Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11.	Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12.	É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13.	É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14.	A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15.	Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16.	Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17.	Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18.	Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle		1	2	3	4	5
19.	Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20.	As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21.	As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22.	As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação		1	2	3	4	5
23.	A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			x		
24.	As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25.	A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Na avaliação dos elementos de sistema de controles internos a UJ utilizou a avaliação realizada pela Auditoria Interna sobre os controles ao longo do exercício de 2014. E a empresa busca um maior investimento para adequação dos controles internos, melhoria desses ambientes e da gestão de risco para um alinhamento com as melhores práticas de governança corporativa. Buscando um ambiente integrado de Governança, Riscos e Controles que respeite todas as partes interessadas, tendo o cidadão e a sociedade como vetores principais desse processo. Podemos destacar ações que a empresa tem realizado para fortalecer alguns requisitos do ambiente de controle como comunicação interna utilizada através de e-mails institucionais com assuntos relevantes e informes, disponibilização através da Intranet de todas as normas da empresa com acesso a todos os empregados. Maior publicidade da Comissão de Ética e treinamentos específicos. A atuação constante da Auditoria Interna orientando os gestores quanto à legalidade e controle dos procedimentos internos, bem como sua atuação didática e preventiva junto aos responsáveis pela área operacional da empresa.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

1.5 Remuneração Paga a Administradores

1.5.1 Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração e Fiscal

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, “considerando as boas práticas de governança corporativa, a partir das assembleias gerais de acionistas de 2008, resolveu desvincular os reajustes de honorários dos membros da Diretoria Executiva das empresas estatais federais dos reajustes concedidos aos empregados por meio de Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, nas respectivas datas-base”.

Assim sendo, o DEST fixou para os membros da Diretoria Executiva da CPRM os seguintes reajustes:

- Período de abril de 2008 a março de 2009 – reajuste de 4,3421%, conforme Ofício nº 224/2008/MP/SE/DEST de 15/04/2008.

- Período de abril de 2009 a março de 2010 – reajuste de 2,87%, conforme Ofício nº 307/2009/MP/SE/DEST/CGC de 23/04/2009.

- Período de abril de 2010 a março de 2011 – reajuste de 16,0768%, conforme Ofício nº 344/DEST-MP de 14/04/2010. • Período de abril de 2011 a março de 2012 – reajuste de 5,96999%, conforme Ofício nº 206/DEST-MP de 08/04/2011.

- Período de abril de 2012 a março de 2013 – reajuste de 5,24%, conforme Processo nº 10951.000223/2012-23 – MME. • Período de abril de 2013 a março de 2014 – reajuste de 6,57%, conforme Processo nº 10951.000174/2013-18, enviado através do Ofício nº 069/2013-AEGE/SE-MME, de 19.04.2013.

• Período de abril de 2014 a março de 2015 – reajuste de 6,07%, conforme Processo nº 10951.000316/2014-10, enviado através do Ofício nº 452/DEST-MP, de 04/04/2014.

• Período de abril de 2015 a março de 2016 – reajuste de 5,00%, conforme Processo nº 10951.000179/2015-02, enviado através do Ofício nº 312/DEST/SE-MP, de 09/04/2015.

1.5.2 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro A.5 – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Costa Junior, C.N.	-	-	2.593,30	2.593,30	2.593,30	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	32.536,38
Rocha Neto, M.B.	-	-	2.593,30	2.593,30	2.593,30	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	32.536,38
Matos, J.R.A.	-	-	2.593,30	2.593,30	2.593,30	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	32.536,38
Baião, L.G.	-	-	2.593,30	2.593,30	2.593,30	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	32.536,38
Peixoto, L.P.	-	-	2.593,30	2.593,30	2.593,30	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	32.536,38
Castanheira, O.	27/04/2012	12/09/2014	2.593,30	2.593,30	2.593,30	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	1.100,29	0,00	0,00	0,00	22.633,79
Costa Filho, V.D.	12/09/2014	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.650,43	2.750,72	2.750,72	2.750,72	9.902,59

Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Queiroz, N.T.	-	-	2.593,30	2.593,30	2.593,30	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	32.536,38
Oliveira, F.B.	-	-	2.593,30	2.593,30	2.593,30	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	32.536,38
Gaudard, E.L.	-	-	2.593,30	2.593,30	2.593,30	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	2.750,72	32.536,38

1.5.3 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos

Quadro A.6 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: (Diretoria Estatutária ou Conselho de Administração ou Conselho Fiscal)			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2014	2013	2012
Número de membros:	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	1.702.601,18	1.599.454,26	1.504.524,41
a) <i>salário ou pró-labore</i>	1.628.638,10	1.533.848,90	1.443.283,45
b) <i>benefícios diretos e indiretos</i>	36.775,08	30.455,06	27.377,56
c) <i>remuneração por participação em comitês</i>	0,00	0,00	0,00
d) <i>outros</i>	37.188,00	35.150,30	33.863,40
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0,00	0,00	0,00
e) <i>bônus</i>	0,00	0,00	0,00
f) <i>participação nos resultados</i>	0,00	0,00	0,00
g) <i>remuneração por participação em reuniões</i>	0,00	0,00	0,00
h) <i>comissões</i>	0,00	0,00	0,00
i) <i>outros</i>	0,00	0,00	0,00
III – Total da Remuneração (I + II)	1.702.601,18	1.599.454,26	1.504.524,41
IV – Benefícios pós-emprego	0,00	0,00	0,00
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0,00	0,00	0,00
VI – Remuneração baseada em ações	0,00	0,00	0,00

2. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

2.1 Canais de acesso do cidadão

Os canais de acesso ao cidadão para solicitações acadêmicas, conteúdo e informação de geologia: O sítio da CPRM (www.cprm.gov.br) é totalmente voltado para a divulgação das informações oriundas das pesquisas desenvolvidas por esta empresa. Destacamos os ícones Biblioteca, Canal Escola, Produções Científicas. Ao que tange a transparência das informações, principalmente relacionadas às contas públicas, há os ícones específicos de Licitações e Processos de Contas Atuais.

O Serviço Geológico do Brasil - CPRM disponibiliza diferentes canais de comunicação a fim de melhor servir seu público.

Serviço de Atendimento aos Usuários – SEUS

Solicitação de documentos técnicos produzidos pelo setor geocientífico nacional e internacional.

Sala de Imprensa

Solicitação de informações por parte da imprensa à Assessoria de Comunicação do Serviço Geológico do Brasil – ASSCOM.

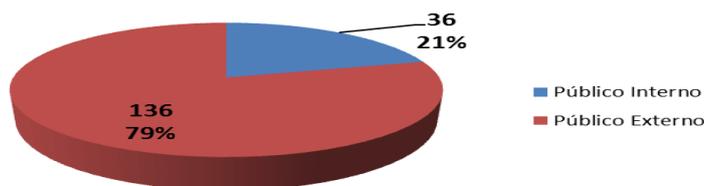
Ouvidoria

Envio de reclamação, denúncia, sugestão ou elogio.

Serviço de Informações ao Cidadão - SIC

Requerimento de dados ou documentações que sejam de caráter público relativos à instituição federal CPRM.

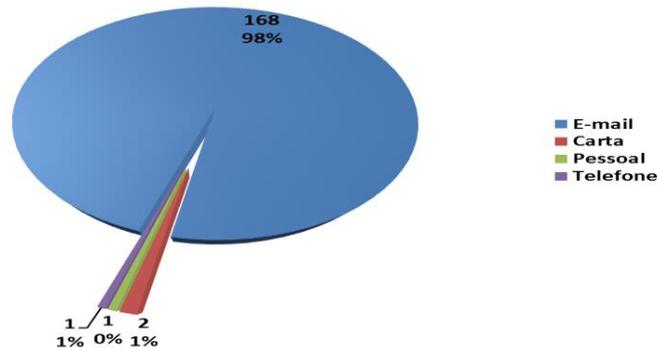
Das 172 manifestações recebidas em 2014:



- 136 foram provenientes do público externo, contabilizando 79% do total; e
- 36 foram provenientes do público interno, contabilizando 21% do total.

Origem das Demandas da Ouvidoria

Em relação aos meios utilizados, temos o e-mail, que contempla também o formulário on-line, como principal forma de contato entre a Ouvidoria e os diversos públicos da CPRM, totalizando 98% das manifestações recebidas por este canal.



Classificação das Demandas por Assunto

A Reclamação indica o indício de descumprimento de obrigações e deveres da Empresa algum ator que a represente, bem como a insatisfação individual ou coletiva relacionada serviço, produto ou procedimento da CPRM;

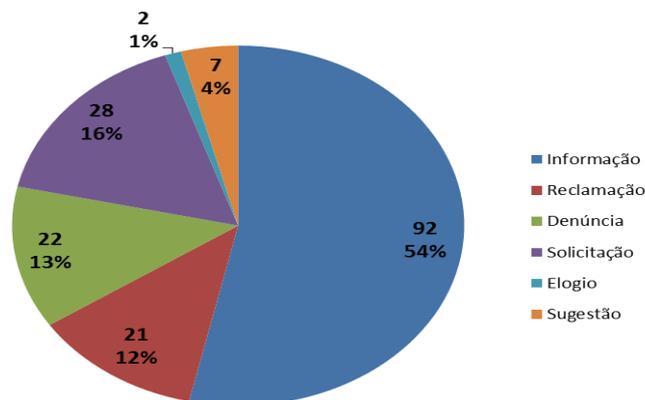
A Informação representa demanda que solicita dados, informações e esclarecimentos não interfere nos processos da empresa;

A Sugestão é uma proposta apresentada por usuário(a) para aperfeiçoar políticas e normas melhorar ou alterar procedimentos, produtos ou serviços;

O Elogio especifica as manifestações de satisfação, aprovação e agradecimento em relação decisões, serviços, produtos, procedimentos e/ou ações executadas pela CPRM;

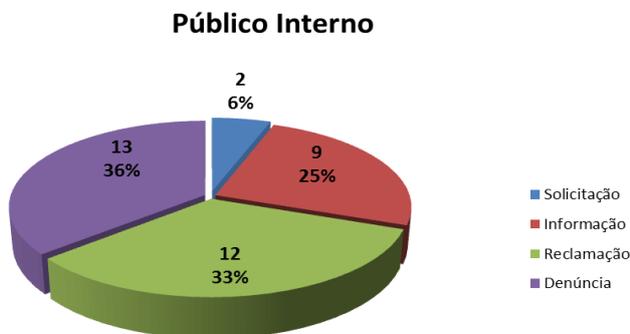
A Denúncia reflete uma maior insatisfação do(a) manifestante em que se a descumprimento ao Código de Ética da CPRM, questões de direitos humanos e trabalhistas, como as de cunho legal, administrativo e/ou financeiro.

A Solicitação é feita para pedidos de produtos, como mapas e amostras de rochas, e serviços concernentes às atividades da CPRM.

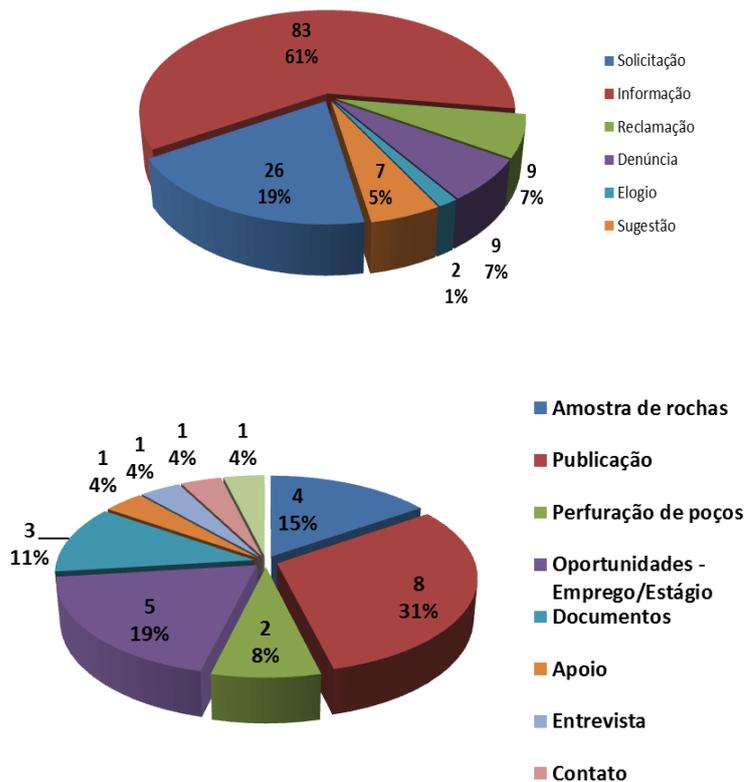


Estatísticas por Grupo de Assunto x Público

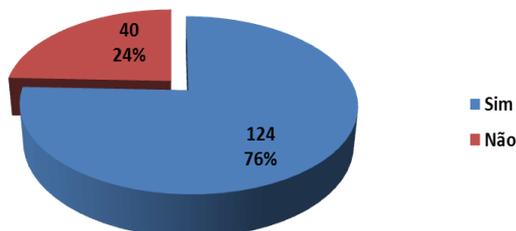
Dos dados referentes ao Público Interno:



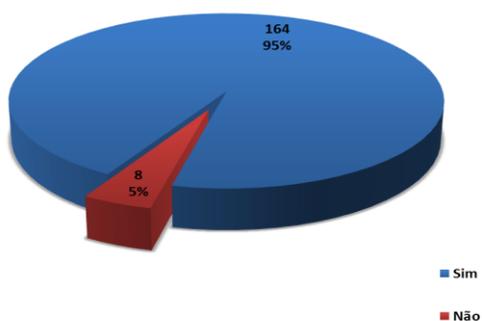
Dos dados referentes ao Público Externo:



Foram registrados 2 (dois) Elogios.

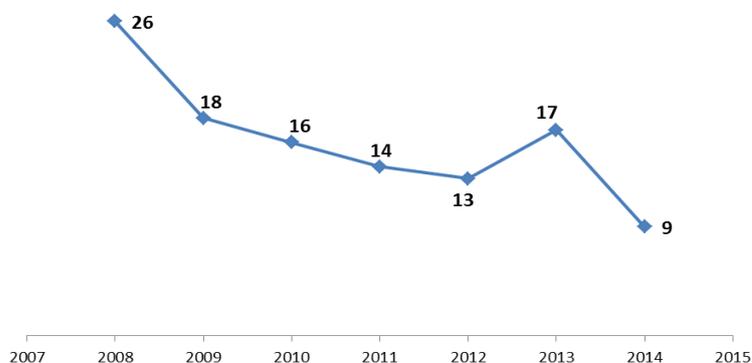


As manifestações consideradas concluídas foram aquelas para as quais o cidadão obteve a resposta e a resolução do seu problema até dezembro de 2014. Os 5% representam as manifestações que estavam em andamento em dezembro de 2014.



Tempo Médio de Respostas da Ouvidoria

Em 2014, o tempo médio de respostas foi de nove dias. Em uma busca constante pelo aprimoramento, a Ouvidoria da CPRM vem diminuindo ano após ano essa média, já que, em 2008, o tempo de resposta era de 26 dias.



O calculo é uma média do tempo decorrido entre a entrada da manifestação no sistema até a sua conclusão. Atentamos ao fato de que os registros relacionados a ambiência, de natureza de

conflitos entre colegas de trabalho, exige normalmente um tempo maior para a resolução em virtude da tentativa de conciliação entre as partes. Há, ainda, aqueles que seguem para outras instâncias, como processos administrativos ou Comissão de Ética. Por tratar-se de instâncias paralelas à Ouvidoria, são regidas por normas próprias, fugindo da nossa gestão. Mas sempre procuramos acompanhar os casos e contribuir quando necessário e possível.

2.2 Acesso às informações da unidade jurisdicionada

A Lei de Acesso à Informação, nº 12.527/2011, estabelece que órgãos e entidades públicas devam divulgar, independentemente de solicitação, informações de interesse geral ou coletivo, salvo aquelas cuja confidencialidade esteja prevista no texto legal. Em cumprimento à lei, a CPRM disponibiliza na internet as informações classificadas como Transparência Ativa.

- Institucional
- Ações e Programas
- Processos de Contas Anuais
- Convênios
- Despesas
- Licitações e Contratos
- Empregados
- Quantitativo Físico Relativos a Benefícios Pagos aos Empregados e seus Dependentes
- Perguntas Frequentes
- Sobre a Lei de Acesso à Informação
- Serviço de Informações ao Cidadão – SIC
- Informações Classificadas

3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

3.1 Informações o ambiente de atuação da unidade jurisdicionada

A CPRM foi criada em 1969 como empresa de economia mista e transformada em empresa pública em 1994, com atribuições e responsabilidades de Serviço Geológico do Brasil. Sua missão é “*gerar e difundir o conhecimento geológico e hidrológico básico necessário para o desenvolvimento sustentável do Brasil*” e sua função principal é estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País.

Para cumprir sua missão realiza, em sintonia com o Plano Nacional de Mineração 2010-2030 e os Planos Plurianuais do Governo Federal, um conjunto de projetos, tais como:

- Mapeamentos geológicos sistemáticos;
- Levantamentos geofísicos aeroportados e terrestres;
- Avaliação de Potencial Mineral;
- Levantamentos geológicos marinhos, tanto na Plataforma Continental quanto em águas internacionais;
- Levantamentos Hidrogeológicos;
- Previsão e Alerta de Eventos Hidrológicos Extremos;
- Levantamentos de Recursos Hídricos Superficiais;
- Estudos e Pesquisas em Hidrologia;
- Mapeamento de Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações
- Mapeamento de Suscetibilidade a Deslizamentos e Inundações;
- Levantamentos de Geodiversidade; e
- Levantamentos Geoquímicos multiuso.

Projetos deste tipo são realizados eminentemente por órgãos governamentais, em nível nacional pela CPRM e, em muitos Estados, por órgãos estaduais de geologia e mineração¹ e também pelas Universidades públicas. Não há um ambiente concorrencial, ao contrário, vários projetos são executados em parceria com estes órgãos. Até mesmo porque os resultados dos trabalhos são tornados públicos ao seu final. A iniciativa privada entra neste processo através do fornecimento de alguns serviços, tais como a aquisição de dados geofísicos aéreos, coleta de amostras geoquímicas, fornecimento de imagens de radares, perfuração de poços, sondagens, etc.

Assim, pode-se afirmar que as principais “empresas” que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da CPRM são os órgãos estaduais e Universidade públicas, mas sempre num ambiente colaborativo, com intercâmbio de informações.

Os principais produtos e serviços ofertados pela CPRM são os acima citados, sendo os principais clientes as empresas de mineração, empresas de pesquisa mineral, Universidades, Órgãos Estaduais de Geologia, Prefeituras e órgãos municipais de defesa civil, CEMADEN, CENAD; MCidades, Caixa Econômica Federal; IPEA, EPL, DNPM e empresas produtoras de água mineral.

Considerando a inexistência de ambiente concorrencial neste “mercado”, não há “ameaças” claramente constituídas. Mas, para a CPRM, há uma interessante “oportunidade” à frente, que se trata da alteração do Marco Regulatório da Mineração, que está em análise no Congresso Nacional. Se aprovado nos termos da proposta governamental, provocará grandes alterações positivas na vida da CPRM, vez que será a empresa a subsidiar o futuro Conselho Nacional de Mineração e a futura Agência Nacional de Mineração, na definição de áreas para licitação.

¹ Os principais órgãos estaduais de geologia e mineração são: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM, Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – CODEMIG, Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais do Estado de Sergipe – CODISE, Departamento de Recursos Minerais - Governo do Estado do RJ - DRM-RJ, Serviço Geológico do Paraná – MINEROPAR e Companhia Mato-Grossense de Mineração – METAMAT.

Pode-se afirmar que o conceito da CPRM junto aos seus “clientes” é bom, principalmente se considerarmos que se trata de um serviço público, pelo qual o cliente não “paga” diretamente e só tem benefícios a trazer. As empresas de pesquisa mineral e as Universidades só têm a ganhar estudando e incorporando as informações geológicas e de potencial mineral que a CPRM disponibiliza. Os órgãos municipais de Defesa Civil recebem com antecedência os boletins de alerta sobre eventuais cheias, indicando o nível que o rio pode atingir, permitindo a eficiência de seu trabalho. Os mapeamentos de risco geológico dão condições técnicas aos órgãos responsáveis, em caso de iminência de chuvas intensas, para emitir avisos de alerta ou evacuação das residências. As cartas de suscetibilidade apontam áreas que devem ter sua urbanização evitada, por apresentar predisposição a deslizamentos de encostas ou a inundações. A sua correta utilização, se refletida no planejamento territorial, permite evitar ou minimizar o surgimento de futuras áreas de risco.

E a relação com estes “clientes” pode ser considerada “boa” para os parâmetros da administração pública. Vários seminários são organizados anualmente para apresentação e discussão dos trabalhos nas áreas de relevante interesse mineral, envolvendo as Universidades, as empresas de mineração e a comunidade. Os trabalhos de mapeamento de risco e de suscetibilidade são apresentados pessoalmente (e não somente enviados por mensagem eletrônica) aos órgãos municipais pelos técnicos da CPRM e muitas vezes são realizados cursos para os técnicos e comunidade.

Quanto aos riscos de mercado, mais uma vez, face à inexistência de ambiente concorrencial, são praticamente inexistentes. Eventuais restrições que possam existir em relação ao desenvolvimento dos trabalhos são intrínsecas ao governo, tais como contingenciamentos orçamentários e financeiros. Esta possibilidade é sempre tratada como um risco no planejamento anual, mas a formulação de estratégias para mitigá-lo não é tão simples. Quando há alguma previsibilidade em relação à sua ocorrência, como agora em 2015, é possível considerá-lo no planejamento do ano. O mesmo não ocorreu em 2013, com a restrição financeira, e em 2014 com a limitação orçamentária.

Considerando os últimos quatro anos, a principal mudança de cenário ocorrida deu-se em meados de 2013, e diz respeito à *perda da estabilidade orçamentária e financeira*, mesmo nos empreendimentos da carteira do PAC. No período de outubro de 2013 a abril de 2014 a CPRM sofreu um processo de redução dos *repasses financeiros* de recursos do Tesouro Nacional que elevou sua dívida com fornecedores. Já em 2014, o problema foi orçamentário, devido à fixação de um limite orçamentário equivalente a 41% do orçamento do ano, que só veio a ser ampliado em 15 de dezembro. Os efeitos das restrições financeira e orçamentária na produção física da empresa serão tratados na Análise Situacional das Metas.

4. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

4.1 Planejamento da unidade

As diretrizes básicas das políticas públicas do Governo Federal para a geologia são estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME), ao qual está vinculada a CPRM. Tais diretrizes são construídas por meio do *Plano Nacional de Mineração (PNM)*, cuja quarta edição foi lançada em fevereiro de **2011**, após passar 17 anos sem atualização. O PNM, que pretende nortear o setor mineral brasileiro até 2030, foi elaborado através de um amplo processo de consultas, resultante de uma série de estudos, reuniões e oficinas coordenadas pelo MME. Entre seus principais objetivos destacam-se a consolidação do Marco Regulatório da Mineração e a **ampliação do conhecimento geológico** do território brasileiro.

O PNM-2030 sinalizou para a CPRM que, sob a vigência do novo Marco Regulatório da Mineração, deveria preparar-se para apoiar o governo na identificação de áreas de relevante mineral a serem futuramente licitadas. Sinalizou ainda que a empresa deveria continuar no processo de ampliação do conhecimento geológico, mantendo, e até ampliando, a realização dos levantamentos geológicos sistemáticos, geofísicos, hidrogeológicos e de geodiversidade.

Por triste coincidência, também no início de 2011 ocorreu, na Região Serrana do Rio de Janeiro, a catástrofe que foi considerada o “*maior desastre climático do país*”. A intensidade da tragédia alertou as autoridades para a necessidade de fortalecer e ampliar o sistema de prevenção e mitigação de desastres naturais no país. A partir de então começou a ser estruturado o Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, para o qual a CPRM foi convocada a realizar mapeamentos emergenciais de setorização de risco geológico em 821 municípios, distribuídos em todos os estados brasileiros. Para cumprir a missão, a CPRM mobilizou, em curto espaço de tempo, uma equipe com cerca de 50 geólogos, que foram relocados de outros projetos.

Assim, a partir de 2011, ficaram consolidadas as duas principais diretrizes estratégicas para a CPRM no período 2011-2014: *Geologia para estimular a produção mineral brasileira e Geologia para prevenção e mitigação de desastres naturais*.

A partir das diretrizes estabelecidas, a cada quatro anos, no âmbito do PPA, é definido um conjunto de Objetivos, Metas e Iniciativas para o Programa 2041 – Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral. A CPRM participa deste processo em conjunto com o MME. Os resultados alcançados serão apresentados nos próximos itens.

4.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

4.2.1 Ações

4.2.1.1 Ações – OFSS

Quadro A.7 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação			
Código	20L9	Tipo: Atividade	
Título	Informações de Alerta de Cheias e Inundações		
Iniciativa	00FQ - Operação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais e a expansão da infraestrutura observacional e computacional para monitoramento e modelagem de áreas de risco		
Objetivo	Promover a estruturação de sistema de suporte a decisões e alertas de desastres naturais	Código: 0173	
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres	Código: 2040	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM		
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária 2014			
Execução Orçamentária e Financeira			
Dotação	Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.860.000	2.860.000	1.825.578	1.310.643	798.918	511.725	514.935
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Atender municípios com sistemas de alerta de cheias e inundações			Município atendido	30	12	12
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.041.555	1.170.499	-13.262				

Identificação da Ação						
Código	20LA		Tipo: Atividade			
Título	Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos					
Iniciativa	02CR Levantamento e divulgação de informações geológicas-geotécnicas					
Objetivo	Expandir e difundir o mapeamento geológico-geotécnico com foco nos municípios recorrentemente afetados por inundações, enxurradas e deslizamentos para orientar a ocupação do solo.					Código: 0602
Programa	Gestão de Riscos e Resposta a Desastres		Código: 2040		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.720.000	29.720.000	27.635.675	24.919.142	16.350.095	8.569.047	2.716.533
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Executar mapeamento geológico-geotécnico em municípios sujeitos a inundações, enxurradas e deslizamentos.			Município atendido	285	285	307
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
13.999.712	13.643.606	-69.805				

Identificação da Ação						
Código	2B53		Tipo: Atividade			
Título	Produção Laboratorial de Análises Minerais – LAMIN					
Iniciativa	0016 Implantação da Rede de Laboratórios de Análises Minerais – LAMIN					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.					Código: 0032
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código: 2041		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.360.000	4.360.000	4.056.173	3.550.984	2.274.650	1.276.334	505.189
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Quantidade de análises realizadas na Rede LAMIN			Análise realizada	Previsto	Reprogramado	Realizado
				30.000	60.000	92.120
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.571.950	3.067.722	-51.296				

Identificação da Ação						
Código	2B51			Tipo: Atividade		
Título	Gestão da Informação Geológica					
Iniciativa	0018 Promoção da gestão e difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
14.440.000	14.440.000	13.236.529	9.727.668	5.055.521	4.672.148	3.508.861
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Quantidade de informações baixadas do Portal Web			Informação baixada (Tbytes)	Previsto	Reprogramado	Realizado
				2	65	52
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
11.242.742	7.434.427	-52.237				

Identificação da Ação						
Código	2398			Tipo: Atividade		
Título	Levantamentos Geológicos					
Iniciativa	001C Realização de levantamentos geológicos, geofísicos e de recursos minerais					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

9.930.000	9.930.000	8.854.455	6.445.466	5.222.408	1.223.057	Processados 2.408.990
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas			km ²	204.000	204.000	274.665
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
7.542.383	9.318.029	-479.495				

Identificação da Ação						
Código	4872			Tipo: Atividade		
Título	Levantamentos Aerogeofísicos					
Iniciativa	001C Realização de levantamentos geológicos, geofísicos e de recursos minerais					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
27.610.000	27.610.000	11.217.043	2.514.984	1.188.730	1.326.253	8.702.059
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Realizar levantamentos aerogeofísicos nas áreas territoriais brasileiras emersas			km ²	166.000	250.000	3.683
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
42.981.322	34.433.985	-3.921	Área levantada	km ²	318.955	

Identificação da Ação						
Código	2397			Tipo: Atividade		
Título	Levantamentos Hidrogeológicos					
Iniciativa	001H Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

7.459.996	7.459.996	5.429.146	3.698.441	2.667.242	1.031.199	1.730.705
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Realizar Levantamentos Hidrogeológicos			Levantamento Realizado	26	26	20
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
10.428.287	6.570.961	-640.611				

Identificação da Ação						
Código	2D62			Tipo: Atividade		
Título	Levantamentos da Geodiversidade					
Iniciativa	001H Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.090.200	1.090.200	532.246	442.771	373.573	69.198	89.475
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Realizar levantamentos da geodiversidade no entorno de grandes obras do PAC e de aquíferos			Levantamento realizado	3	3	7
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
342.685	291.341	-15.866				

Identificação da Ação						
Código	2D84			Tipo: Atividade		
Título	Levantamentos Geoquímicos					
Iniciativa	001H Realização de levantamentos hidrogeológicos, geoquímicos e da geodiversidade					
Objetivo	Realizar o levantamento geológico do Brasil e das províncias minerais nas escalas adequadas e promover a gestão e a difusão do conhecimento geológico e das informações do setor mineral.				Código: 0032	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral			Código: 2041	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	(X) Sim () Não Caso positivo: (X) PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.090.200	1.090.200	258.150	215.910	170.750	45.159	42.240

Execução Física					
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar levantamentos geoquímicos com amostragem de baixa densidade	Km ²	150.000	150.000	189.947	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
2.484.706	1.920.807	-23.034			

Identificação da Ação						
Código	2399		Tipo: Atividade			
Título	Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil					
Iniciativa	002I Estudos de minerais estratégicos por meio de levantamentos específicos em escala de detalhe					
Objetivo	Promover a ampliação das reservas e da produção de minerais estratégicos.				Código: 0038	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código: 2041		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.960.000	10.960.000	10.428.722	7.016.940	6.284.710	732.230	3.411.782
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Ampliar o conhecimento geológico do território emerso através do levantamento geológico temático de minerais estratégicos com enfoque em potássio, fosfato, minerais para rochagem, terras-raras e lítio	Km ²	60.000	150.000	117.228		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.103.029	4.050.298	-173.563				

Identificação da Ação						
Código	20LD		Tipo: Atividade			
Título	Cooperação Técnico-Científica Internacional					
Iniciativa	002R Fortalecimento e ampliação da atuação internacional da CPRM					
Objetivo					Código	
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código: 2041		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
100.000	100.000	29.821	29.821	29.821	0	0
Execução Física						

Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Relatório produzido	Unidade	6	6	5	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
841	841	0			

Identificação da Ação						
Código	20LB		Tipo: Atividade			
Título	Consolidação do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Área de Geologia e Recursos Minerais (CEDES/CPRM)					
Iniciativa	002X Consolidação do centro de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de geologia, recursos minerais e hídricos (CEDES/CPRM)					
Objetivo						Código
Programa	Gestão Estratégica da Geologia, da Mineração e da Transformação Mineral		Código: 2041		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
100.000	100.000	63.288	61.398	11.398	50.000	1.890
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto desenvolvido	Unidade	1	1	0		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
2.014	113	0				

Identificação da Ação						
Código	20LC		Tipo: Atividade			
Título	Levantamentos Geológicos Marinhos					
Iniciativa	047J Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais					
Objetivo	Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.					Código: 0991
Programa	Mar, Zona Costeira e Antártida		Código: 2046		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.860.000	15.860.000	951.730	667.148	505.732	161.415	284.582
Execução Física						
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
		Previsto	Reprogramado	Realizado		
Área levantada	km ²	180.000	0	0		

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
22.816.498	4.032.315	-20.623.667			

Identificação da Ação					
Código	7112		Tipo: Projeto		
Título	Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)				
Iniciativa	047J Efetuar levantamentos geológicos marinhos na Plataforma Continental Jurídica Brasileira e em fundos marinhos de Águas internacionais				
Objetivo	Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.			Código: 0991	
Programa	Mar, Zona Costeira e Antártida		Código: 2046	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM				
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.130.000	2.130.000	318.983	165.978	119.872	46.106	153.005
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Relatório elaborado		Unidade	3	3	3	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.498.507	231.548	-1.266.380			

Identificação da Ação					
Código	13E5		Tipo: Projeto		
Título	Aquisição de Direitos de Exploração de Recursos Minerais Marinhos				
Iniciativa	047K Exploração econômica de recursos minerais marinhos				
Objetivo	Pesquisar o Potencial Mineral de Fundos Marinhos em Águas Internacionais, para fins de Aquisição de Direito de Exploração Mineral, e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.			Código: 0991	
Programa	Mar, Zona Costeira e Antártida		Código: 2046	Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM				
Ação Prioritária	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input checked="" type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria				

Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
100.000	100.000	0	0	0	0	0
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Autorização concedida		Unidade	1	1	1	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

0,00	0,00	0,00		
------	------	------	--	--

Identificação da Ação						
Código	125F			Tipo: Projeto		
Título	Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia			Código: 2119	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.400.000	5.400.000	5.048.029	3.466.367	3.176.299	290.068	1.581.662
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Área recuperada		Unidade	1	1	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
814.525	814.645	-81				

Identificação da Ação						
Código	8785			Tipo: Atividade		
Título	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC					
Iniciativa						
Objetivo						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia			Código: 2119	Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.250.000	3.250.000	3.249.009	3.239.702	3.210.436		
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Não há						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
121.841	118.077	-2.004				

4.2.1.2 Análise Situacional

No exercício de 2014 dois fatores principais contribuíram para a redução da produção física das Ações da CPRM. O primeiro deles diz respeito à redução dos repasses *financeiros* de recursos do Tesouro Nacional ocorrida no período de outubro de 2013 a abril de 2014. Este processo gerou uma progressiva elevação da dívida da CPRM com seus fornecedores, que atingiu a marca de R\$ 26,3 milhões e impactou negativamente as atividades finalísticas da empresa, vez que a CPRM, diferentemente de outros órgãos, é executora direta destas ações finalísticas, terceirizando somente serviços especializados.

Os trabalhos de campo ficaram suspensos durante vários meses e a grande maioria dos serviços contratados foi paralisada devido à falta de pagamento. Isto provocou atrasos na perfuração de poços para a Rede RIMAS, nos levantamentos geológicos, aerogeofísicos, hidrogeológicos, de geodiversidade e geoquímicos multiuso, assim como na instalação e manutenção de equipamentos para o Alerta de Cheias (PCD's, medidores acústicos de vazão de rios, estações climatológicas, hidrometeorológicas, etc).

Já em 2014, a STN fixou um limite *orçamentário* para a CPRM de R\$ 53,4 milhões, equivalente a 41% do orçamento do ano, que assim permaneceu até 15 de dezembro, quando foi ampliado para R\$ 90,8 milhões. Isto representou uma redução de 30,2% em relação ao valor previsto na LOA, e muito abaixo dos valores plurianuais anteriormente ajustados. Esta *redução orçamentária* provocou o cancelamento de vários contratos, tais como a realização de duas expedições à Cordilheira Mesoatlântica, o Levantamento a Laser na Plataforma Rasa de Pernambuco, a execução das Litotecas de Caçapava do Sul (RS) e Feira de Santana (BA), as obras de infraestrutura (bancadas, capelas, tubulação de gases, armários, elevadores, ar condicionado, etc) e do Lamin Caeté (MG). A *não ampliação do limite orçamentário* durante o segundo semestre de 2014 provocou novamente a redução das atividades de campo e a paralisação de atividades contratadas, impactando todas as ações.

Cabe também ressaltar que em função da determinação da Casa Civil da Presidência da República de alterar o escopo e ampliar as metas físicas da atuação da CPRM nas atividades inseridas no Programa de Governo 2040 – Gestão de Riscos e Respostas a Desastres, contemplando as Ações 20L9 – Informações de Alertas de Cheias e Inundações e 20LA – Mapeamento Geológico-geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos houve um remanejamento de grande parte da equipe de especialistas do Serviço Geológico do Brasil nos exercícios de 2012, 2013 e 2014 para atender às metas desafiadoras postas para a empresa para execução das respectivas ações de governo.

O acompanhamento das metas pactuadas para as respectivas ações de governo de responsabilidade da CPRM é realizado através do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, onde são apresentados os dados de execução física e financeira para cada uma delas, bem como os principais resultados alcançados no exercício de 2014 nas respectivas áreas de atuação, conforme adiante exposto:

1. Ação 20L9 – Informações de Alerta de Cheias e Inundações

Em 2014 doze novos municípios passaram a ser atendidos por Sistemas de Alerta Hidrológicos – SAH's, totalizando atualmente 34 municípios atendidos pelas SAH's Rio Doce, Pantanal, Manaus, Caí, Acre e Muriaé.

As seguintes atividades foram executadas neste exercício:

- * Implantação de dois novos SAH's nas bacias do rio Acre e Muriaé;
- * Continuidade da implantação dos SAH's nas bacias do rio Branco, rio Taquari e rio Parnaíba, envolvendo: aquisição e instalação de equipamentos telemétricos, análises das séries hidrológicas históricas, campanhas de medições de descarga líquidas para definição de curvas chaves nas estações de interesse, adequação do sistema computadorizado de administração e previsão hidrológica e definição de modelo de previsão hidrológica;

* Implantação de programa computadorizado de Previsão de Cheias em oito bacias hidrográficas;

* Produção de isoietas e equações IDF (informações hidrológicas) para compor os mapas de suscetibilidade de inundação de 97 municípios;

* Realização de estudos de regionalização em quatro bacias;

* Pesquisa científica no âmbito do projeto dinâmica fluvial no sistema Solimões/Amazonas, através de campanhas de manutenção de sete estações hidrológicas e levantamento de dados de altimetria espacial para hidrometria.

Houve comprometimento no atingimento da meta devido às limitações orçamentárias e financeiras.

2. Ação 20LA – Mapeamento Geológico-Geotécnico em Municípios Críticos com Relação a Riscos Geológicos

Em relação ao Mapeamento Emergencial de Setorização de Riscos, foram atendidos 307 novos municípios em 2014, superando a meta definida para o ano. Em relação ao Mapeamento de Suscetibilidade foram atendidos 172 novos municípios.

Os dados foram apresentados e disponibilizados para representantes da prefeitura/defesa civil local em meio impresso e digital, também para CEMADEN, CENAD; MCidades; Caixa Econômica Federal; IPEA e EPL.

3. Ação 2B53 – Produção Laboratorial de Análises Mineraiis – LAMIN

Em 2014 foram realizadas pela Rede LAMIN, entre outras atividades, 92.120 determinações químicas, superando largamente a meta prevista para o ano. Contribuiu para esse resultado a descentralização dos estudos in loco, que passou a ser feito também pela unidade de Porto Alegre, a ampliação de escopo analítico (a exemplo das primeiras análises de compostos orgânicos voláteis e semi voláteis em São Paulo), além da entrada em operação de alguns equipamentos para análises de materiais geológicos como a Difração e a Fluorescência de Raios-X em Manaus.

Quanto aos laboratórios analíticos, o do Rio de Janeiro avançou em suas obras, restando aproximadamente 3% a ser concluído devido a atraso por parte da construtora e a necessidade de correções apontadas pela fiscalização. O laboratório de Caeté encontra-se em fase de obras civis tendo sido concluído aproximadamente 63%. Alguns fatores como a necessidade de correções no projeto, a demora no trâmite de aditivo contratual e a restrição financeira afetaram seu cronograma. Somado a isso, a falta de recursos orçamentários impossibilitou a aquisição da infraestrutura complementar à obra civil (bancadas, capelas, linha de gases, coifas, armários, etc.), que havia sido licitada e equivale a aproximadamente 25% do projeto. Os laboratórios de São Paulo e Manaus encontram-se concluídos e executando suas rotinas de análises.

Quanto aos laboratórios de preparação de amostras todos estão equipados e operando em atividades como confecção de lâminas petrográficas, seções polidas, preparação de amostras de solo e sedimento, análise granulométrica e análise mineralógica.

4. Ação 2B51 – Gestão da Informação Geológica

Em 2014 foram fornecidos 52 terabytes de informações através da rede CPRM. Foram realizadas ainda as seguintes atividades:

* Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação;

* Migração do Geobank de Salvador para o CPD da CPRM, iniciando a etapa de integração com demais bancos de dados técnicos da CPRM;

* Continuação da consistência das bases de dados Afloramento, Geocronologia, Geoquímica, Paleontologia, Litoestratigrafia e Petrografia;

* Prosseguimento da interação dos ambientes PHL/ISIS e DOCPRO/CITRIX, visando acesso imediato às coleções;

* Efetuados 12.900 atendimentos ao público através do Serviço de Atendimento aos Usuários (SEUS);

* Implantação de nova rede corporativa de comunicação de dados;

* Reestruturação do portal corporativo de acesso às informações da CPRM com a elaboração de novo layout do site corporativo, visando facilitar o acesso às informações. Iniciada a etapa de programação do novo site.

* Continuação do desenvolvimento da fase IV do Geobank, permitindo acesso totalmente gráfico às consultas das bases de dados de geologia;

* Organização do acervo da Biblioteca do Museu de Ciências da Terra (DIDOTE).

Em relação à implantação da Rede de Litotecas, compreendendo 10 litotecas regionais, foram concluídas as obras da primeira fase das Litotecas de Porto Velho (RO), Manaus (AM), Belém (PA), Goiânia (GO), Araraquara (SP) e Caeté (MG). Estão ainda em fase final as obras em Mossoró (RN) e Teresina (PI). Devido à contenção orçamentária, não foram iniciadas as obras das Litotecas de Feira de Santana (BA) e Caçapava do Sul (RS). Paralelamente às obras de engenharia é realizada a catalogação de amostras de material geológico (testemunhos de sondagens, amostras de rochas e alíquotas geoquímicas) para alimentação do banco de dados.

5. Ação 2398 – Levantamentos Geológicos

Em 2014, a execução física desta Ação alcançou 168.465 km² na escala 1:100.000 e 106.200 km² na escala 1:250.000, totalizando 274.665 km² de área mapeada, superando a meta estabelecida para o ano.

Os quantitativos das produções físicas mensais são muito variáveis em função da natureza inerente aos mapeamentos geológicos, e dependem das diversas etapas de execução dos mesmos. Além disso, os baixos valores apresentados no primeiro semestre de 2014 foram motivados pela restrição financeira vivenciada até maio, o que inviabilizou atividades de campo. Porém, esses valores foram amplamente compensados pela grande produtividade no segundo semestre. Nesse período houve maior concentração das atividades de campo dos projetos na Região Amazônica, que dependem da janela climática para serem realizadas.

Como resultado da intensificação dos trabalhos no segundo semestre, em 2014 foram concluídos 100 mapas geológicos, sendo 85 na escala 1:100.000 e 15 na escala 1:250.000, já disponibilizados para download no site da CPRM, no banco de dados corporativo (GEOBANK).

6. Ação 4872 – Levantamentos Aerogeofísicos

A produção de 2014 foi de 322.638 km², equivalente a 194% da meta definida para 2014, sendo quase totalmente obtida com recursos de Restos a Pagar, uma vez que um grande conjunto de projetos aerogeofísicos de magnetometria e gamaespectrometria referentes à LOA 2013 tiveram seus contratos assinados somente em 18/12/2013, sendo iniciados somente em 2014. Com recursos da LOA 2014 foi iniciado somente o projeto "Rio Bacajá" em outubro/2014, com uma produção de 3.682,6 km² até 31/12/2014.

7. Ação 2397 – Levantamentos Hidrogeológicos

Foram executadas as seguintes atividades no exercício de 2014:

* Alimentação da base de dados central de poços administrada pelo SIAGAS com 22.651 novos poços, totalizando 256.508 poços cadastrados atualmente;

* Perfuração e completação de 20 novos poços profundos para a Rede Nacional de Monitoramento Integrado de Águas Subterrâneas - RIMAS, perfazendo um total de 326 poços monitorados atualmente;

* Elaboração dos Mapas Hidrogeológicos de Santa Catarina e do Brasil;

* Elaboração do RIMAS WEB (aplicativo de gestão da rede RIMAS);

* Perfuração de um poço profundo na bacia sedimentar de Urucuiá e instalação de 12 estações climatológicas, 19 estações pluviométricas e 24 estações fluviométricas, visando a instrumentalização da bacia para realização de pesquisa, estudo e implantação de bacia escola.

Houve comprometimento no atingimento da meta devido às limitações orçamentárias e financeiras.

8. Ação 2D62 – Levantamentos da Geodiversidade

Em 2014 foram elaborados sete mapas de Geodiversidade, a saber:

* Geodiversidade da Rodovia BR-163

- * Geodiversidade da Rodovia BR-319
- * Geodiversidade da Ferrovia Transnordestina
- * Geodiversidade da Ferrovia Oeste-Leste
- * Geodiversidade da Ferrovia Norte-Sul
- * Geodiversidade do Porto Sul (Ilhéus-BA)
- * Geodiversidade da Área de Fronteira Brasil-Guiana

Estes produtos encontram-se disponíveis no site www.cprm.gov.br-geodiversidade

9. Ação 2D84 – Levantamentos Geoquímicos

Em 2014 foram coletadas amostras e executadas análises numa área equivalente a 189.947 km². Apesar da falta de pesquisadores, que estão se dedicando a outros empreendimentos da CPRM, e da restrição financeira vivenciada até maio de 2014, com a contratação dos serviços de coleta de amostras pode ser obtida uma produção satisfatória.

10. Ação 2399 – Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil

A execução física desta Ação no primeiro semestre de 2014 foi de 117.228 km², superando a meta definida para 2014. A superação da meta deveu-se, principalmente, ao aumento de produtividade proporcionado pelo novo contrato para serviço de logística na coleta de amostras de sedimento de corrente, solo e concentrado de batéia.

11. Ação 20LD – Cooperação Técnico-Científica Internacional

A restrição financeira e orçamentária vivida em 2014 comprometeu as realizações no âmbito da área internacional, prejudicando seriamente a execução, notadamente os projetos de mapeamento geológico em desenvolvimento para a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do MRE, localizados nas áreas de fronteiras do Brasil -Guiana e Brasil - Suriname. Nesse contexto, a área internacional concentrou suas ações na realização de eventos e encontros, objetivando além de avançar com os contatos com a comunidade estrangeira, consolidar novos instrumentos contratuais de cooperação técnica. Entre esses se destacam:

- * Realização do evento OneGeology South America Meeting: Rio-2014, realizado na CPRM-Rio de Janeiro, onde reuniu representantes de 11 países sul-americanos (exceto Colômbia), 01 da América Central (República Dominicana) e dirigentes de 3 países (United Kindon, Eslovênia e Estados Unidos), membros da Direção do OneGeology – projeto de colaboração internacional que integra e harmoniza a geologia do globo em formato GIS, promovendo sua acessibilidade via internet. A CPRM representa os países das Américas do Sul e Central junto ao Projeto OneGeology;

- * Discussão, consolidação e assinatura de instrumentos legais com o British Geological Survey (UK) e com o governo japonês – Japan International Cooperation Agency (JICA), visando a capacitação e treinamento de técnicos da CPRM na área de desastres naturais;

- * Realização do Seminário Internacional “Aplicação de Isótopos em Hidrogeologia”, realizado na CPRM, no Rio de Janeiro, em parceria com a International Atomic Energy Agency (IAEA), com sede em Viena, objetivando a transferência de conhecimento nesse tema para a CPRM. Participaram do evento convidados da ANA, CNEN, CEDAE, SEMA, universidades (UnB, USP, UNESP, UFBA), além dos representantes e técnicos da CPRM;

- * Consolidação e assinatura do Agreement entre a CPRM e o China Geological Survey (CGS) objetivando a execução do Projeto Avaliação Geológica e Metalogenética Regional dos principais Depósitos de formações Ferríferas Bandadas no Craton São Francisco, Brasil. A implantação do projeto foi postergada para 2015.

12. Ação 20LB – Consolidação do Centro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação na Área de Geologia e Recursos Minerais (CEDES/CPRM)

O escopo desta Ação está em processo de redefinição.

13. Ação 7112 – Avaliação dos Recursos Não-Vivos Zona Econômica Exclusiva (ZEE)

Em função do contingenciamento orçamentário, foi paralisado o processo licitatório para contratação de “Levantamento a Laser na Plataforma Continental Rasa e Zona Costeira Adjacente de Pernambuco”.

As seguintes atividades foram realizadas em 2014:

* Concluídos e publicados no site da CPRM os seguintes mapas do Arquipélago de Fernando de Noronha, resultantes do emprego da Tecnologia ALB (Airborne LiDAR Bathymetry) na escala 1:18.000:

- Carta Batimétrica
- Modelo Digital de Terreno
- Carta de Flutuação do Nível do Mar
- Carta de Declividade

* Finalizado o Relatório Integrado de Fernando de Noronha, referente a atividade de aquisição e processamento dos dados do aerolevante a laser (tecnologia LiDAR).

* Finalizado o Relatório da Plataforma de Alagoas, referente a atividade de aquisição e processamento dos dados do aerolevante a laser (tecnologia LiDAR),

* Finalizadas as seguintes cartas com suas respectivas notas explicativas:

- Carta Textural (escala: 1:100.000) da Plataforma Continental Oriental Rasa do Estado do Rio Grande do Norte - adjacente a Touros;

- Carta Batimétrica (escala 1:250.000) da Plataforma Continental Rasa do Estado de Alagoas;

- Modelo Digital de Terreno - (escala 1:250.000) da Plataforma Continental Rasa do Estado de Alagoas - destacando a morfologia de do fundo oceânico e a identificação de paleocanais, como indicadores de possíveis armadilhas para acumulação de minerais estratégicos;

- Carta Textura da Plataforma Continental CE Oeste -Setor Bitubitá (escala: 1:100.000);

- Carta de Caracterização dos Agregados Marinhos da Plataforma Continental Rasa do Estado de Pernambuco (escala 1:250.000).

14. Ação 20LC – Levantamentos Geológicos Marinhos

A meta desta Ação deve ser objeto de reformulação. Ter como produto “Área levantada”, expressa em quilômetros quadrados, não se aplica aos Levantamentos Geológicos Marinhos. Esta ação é composta de vários projetos, que deveriam estar em Planos Operacionais diferenciados, com produtos definidos individualmente e medidos como percentual de execução física do projeto.

As seguintes atividades foram realizadas em 2014:

* Projeto “Elevação do Rio Grande (PROERG)”:

- Continuidade na elaboração do projeto IODP/Brasil para a CAPES;

- Análise de amostras obtidas na última campanha de aquisição de dados no mar;

- Tratamento e análise dos resultados analíticos;

- Continuidade na reestruturação e conferência do banco de dados;

- Continuidade no levantamento e estudo da produção bibliográfica sobre as crostas cobaltíferas;

- Continuidade da análise dos vídeos adquiridos com o submersível Shinkai 6500;

- Continuidade da preparação das amostras de sedimento e de rocha coletadas pelo submersível Shinkai 6500.

* Projeto PROCORDILHEIRA:

- Continuidade na reestruturação e conferência do banco de dados;

- Continuidade na avaliação e interpretação dos resultados das análises químicas de Fe e Mn total dissolvido na água da 4ª Expedição à Cordilheira Mesoatlântica;

- Por razões técnicas e jurídicas, houve o cancelamento dos RDCs referentes às Expedições previstas para o 1º e 2º semestres de 2014;

- Continuação do processamento e interpretação de dados morfoestruturais da área levantada a partir da batimetria multifeixe;

- Continuidade na organização dos dados no ambiente SIG (ArcGis);

- Realização de atividades visando parcerias com instituições de pesquisas e com laboratórios de análises químicas.

15. Ação 13E5 – Aquisição de Direitos de Exploração de Recursos Minerais Marinhos

Em julho de 2014, durante a 20ª Sessão Anual do Conselho da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA), o Governo Brasileiro obteve a autorização de exploração para recursos minerais nos fundos marinhos da Elevação do Rio Grande. Para a apresentação da proposta brasileira à ISBA, foram realizadas várias campanhas de levantamentos de dados na região da Elevação do Rio Grande. A partir da análise dos dados destas campanhas, foi possível selecionar uma área de maior interesse delimitada por um quadrado de 550 km de lado onde se escolheu a localização de 150 blocos de 20 km², perfazendo um total de 3.000 Km². Esta seleção foi efetuada considerando-se a geofísica e a geoquímica das crostas com relação ao teor de concentração dos elementos de maior interesse.

O Plano de Trabalho da CPRM apresentado à ISBA é para pesquisar e explorar, ao longo de 15 anos, recursos minerais na Elevação do Rio Grande. Com essa iniciativa o Brasil vai aumentar seu conhecimento estratégico sobre recursos existentes em região próxima à plataforma continental brasileira por meio da coleta de dados ambientais, do estudo do potencial econômico desses recursos minerais, bem como do desenvolvimento de estudos oceanográficos. A proposta de pesquisa é fortemente sustentada em parâmetros técnicos, revelando a preocupação do país com o desenvolvimento sustentável. Inclui, ainda, o compromisso em oferecer oportunidades de treinamento em benefício de outros países em desenvolvimento.

16. Ação 125F – Implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina

Em 2014 foram concluídas as obras e serviços de recuperação ambiental da Área Belluno (Contrato 013/PR/13). Foram também iniciadas as obras e serviços na Área Ex-Patrimônio (Contrato 024/PR/2014), cuja execução físico-financeira alcançou 6% do contrato. A terceira obra desta Ação, a recuperação ambiental da Área Rio Pio, teve seu Edital de concorrência publicado no DOU e será iniciada em 2015.

17. Ação 8785 – Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Esta ação visa suportar o funcionamento dos empreendimentos e demais atividades necessárias à gestão dos empreendimentos do PAC, no âmbito do próprio Órgão ou em parceria com outras entidades do Governo Federal. Compreende os serviços administrativos, aquisição, manutenção e uso de frota veicular; aquisição de mobiliário, tecnologia da informação (contratação de serviços, aquisição de hardware e software), sistemas de informações gerenciais; despesas com locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins), capacitação de agentes envolvidos com a viabilização dos empreendimentos, serviços de consultoria técnica, pesquisa de satisfação e monitoramento e avaliação da implantação. Em se tratando de ação de suporte não tem metas definidas.

4.3 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

Embora cada Ação tenha seus indicadores físicos e financeiros, os mais utilizados para mensurar os resultados alcançados pela gestão da CPRM, são oriundos do Programa 2041 – Gestão Estratégica da Geologia, Mineração e da Transformação Mineral – Ação 2398 Levantamento Geológicos, representados pela Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico do Território Nacional expressa em quilômetros quadrados mapeados.

Desta forma, no Plano Plurianual para o exercício 2012/2015 elaborado pela CPRM, o indicador da ação levantamentos geológicos apresenta três índices representativos de execução das metas. O primeiro representa o percentual da área territorial nacional coberta por levantamento geológico na escala de 1:250.000, o segundo na escala de 1:100.000 e o terceiro na escala de 1:50.000, conforme a seguir demonstrado:

Quadro A.8 – Indicadores de Desempenho

Indicadores	Meta Física 2012/2015	Realizado 2012	Realizado 2013	Realizado 2014	Total 2012/2014
Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000	594.000 km ² (100%)	47.684 km ² (8%)	135.000 km ² (23%)	183.745 km ² (31%)	366.429 km ² (62%)
Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000	378.000 km ² (100%)	77.591 km ² (21%)	162.000 km ² (43%)	88.660 km ² (23%)	328.251 km ² (87%)
Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000	55.500 km ² (100%)	3.090 km ² (6%)	1.500 km ² (3%)	2.250 km ² (4%)	6.840 km ² (12%)

Conforme discriminado no quadro, no período 2012/2014, já foram mapeados pela CPRM 701.520km² do território brasileiro, sendo 366.429km² na escala 1:100.000, adequada a revelar potenciais, 328.251km² na escala de 1:250.000 e 6.840km² na escala de 1:50.000, já a nível de detalhe da informações.

No Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, utilizado pela CPRM a partir do exercício de 2012, a empresa apresentou as seguintes comentários quanto aos resultados alcançados no exercício de 2014, em relação à Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico do Território Nacional nas três escalas de mapeamento:

1. Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:100.000

Em 2014 foram cobertos 183.745km² com levantamentos geológicos na escala 1:100.000, totalizando, no período 2012/2014 uma cobertura equivalente a 366.429km², correspondente a 62% da meta definida para o período 2012/2015.

Os baixos valores apresentados no primeiro semestre de 2014 foram motivados pela restrição financeira vivenciada até maio, o que inviabilizou as atividades de campo, etapa fundamental dos levantamentos. Esses valores foram, entretanto, amplamente compensados pela grande produtividade no segundo semestre, quando houve maior concentração das atividades de campo dos projetos na Região Amazônica, que dependem da janela climática para serem realizadas.

2. Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:250.000

Considerando as atividades realizadas no exercício de 2014, já foram cobertos 88.660km² do território nacional com levantamentos geológicos na escala 1:250.000, totalizando, no período 2012/2014 uma cobertura equivalente a 328.251km², correspondente a 87% da meta definida para o período 2012/2015, alcançando com índice satisfatório de execução no período.

3. Realizar o levantamento das áreas territoriais brasileiras emersas na escala 1:50.000

Para os levantamentos geológicos na escala de 1:50.000 foram cobertos 2.250km² com levantamentos geológicos, totalizando, no período 2012/2014, uma cobertura equivalente a 6.840km² do território nacional, correspondente a somente 12% da meta estimada para o período 2012-2015, a qual não deverá ser atingida até o final do exercício de 2015. Os mapeamentos geológicos na escala 1:50.000 estão sendo despriorizados pela administração como forma de mapeamento sistemático, por tratar-se de uma escala de detalhe, mais apropriada para estudos específicos de Avaliação de Recursos Minerais.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
5.1 Programação e Execução das despesas
5.1.1 Programação das despesas
Quadro A.9 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM				Código UO: 32202	UGO: 495001	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			280.163.077	9.982	172.736.987	
CRÉDITOS	Suplementares		33.951.586	–	5.286.940	
	Especiais	Abertos	–	–	–	
		Reabertos	–	–	–	
	Extraordinários	Abertos	–	–	–	
		Reabertos	–	–	–	
	Créditos Cancelados		–	–	–	
Outras Operações			–	–	–	
Dotação final 2014 (A)			314.114.663	9.982	178.023.927	
Dotação final 2013(B)			266.370.445	9.811	221.863.213	
Variação (A/B-1)*100			17,92%	1,74%	-19,76	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			12.470.400	–	3.670	–
CRÉDITOS	Suplementares		–	–	–	–
	Especiais	Abertos	–	–	–	–
		Reabertos	–	–	–	–
	Extraordinários	Abertos	–	–	–	–
		Reabertos	–	–	–	–
	Créditos Cancelados		–	–	–	–
Outras Operações			–	–	–	–
Dotação final 2014 (A)			12.470.400	–	3.670	–
Dotação final 2013(B)			34.756.113	–	6.806	1.015.731.327
Variação (A/B-1)*100			-64,12	–	-46,07	-100,00%

5.1.1.1 Análise Crítica

Com relação à execução orçamentária da CPRM ocorrida no exercício de 2014, para o desenvolvimento das suas atividades, observamos que a empresa contou com o repasse de recursos orçamentários aprovados no Congresso Nacional, acrescidos de créditos suplementares, para os programas de governo de sua responsabilidade, no limite autorizado de R\$463.588.470, sendo empenhado o valor total de R\$460.200.754 (99,27%), apresentando alto nível de execução orçamentária alcançado pela CPRM no exercício de 2014.

5.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa
Quadro A.10 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	495001	323028	32202.2212221192000	–	–	133.395
Recebidos	110407	495001	52101.05542205820X4	–	–	3.895.055
	201002	495001	47101.0433121252012	–	–	327.296
	560008	495001	56101.15452204020NN	–	–	737.495
	201002	495001	71102.28846091000LP	–	–	6.044
	323031	495001	32265.251252053212K	–	–	369.814
	440031	495001	44101.18543206710TT	–	–	149.460
	443003	495001	44205.18544202620WI	–	–	19.037.156

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortiz. da Dívida
Concedidos	–	–	–	–	–	–
Recebidos	110407	495001	52101.05542205820X4	1.000.000	–	–
	440031	495001	44101.18543206710TT	41.000	–	–
	443003	495001	44205.18544202620WI	3.446.050	–	–

5.1.3 Realização da Despesa

5.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Quadro A.11 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM		Código UO: 32202		UGO: 495001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	92.772.346	162.924.615	58.942.370	74.421.829	
a) Convite	187.215	525.942	146.592	305.718	
b) Tomada de Preços	31.441	831.366	27.144	39.379	
c) Concorrência	15.437.850	55.911.288	2.985.950	12.284.371	
d) Pregão	77.115.576	106.656.019	54.762.960	59.580.793	
e) Concurso	264	–	264	–	
f) Consulta	–	–	–	–	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	–	–	1.019.461	2.211.568	
2. Contratações Diretas (h+i)	31.487.630	34.342.234	19.892.004	13.083.390	
h) Dispensa	10.268.427	14.027.859	7.045.945	8.041.356	
i) Inexigibilidade	21.219.203	20.314.375	12.846.059	5.042.034	
3. Regime de Execução Especial	45.970	38.583	45.970	38.583	
j) Suprimento de Fundos	45.970	38.583	45.970	38.583	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	279.550.822	235.056.412	263.159.826	268.823.302	
k) Pagamento em Folha	279.334.161	234.925.589	262.943.165	219.681.413	
l) Diárias	216.661	130.823	216.661	130.823	
5. Outros	50.830.075	52.652.643	47.969.895	49.011.066	
6. Total (1+2+3+4+5)	454.686.843	485.014.487	390.010.065	405.378.170	

5.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

Quadro A.12 – Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM		Código UO: 32202		UGO: 495001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2014	2013	2014	2013	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	92.772.346	162.924.615	58.942.370	74.421.829	
a) Convite	187.215	525.942	146.592	305.718	
b) Tomada de Preços	31.441	831.366	27.144	39.379	
c) Concorrência	15.437.850	55.911.288	2.985.950	12.284.371	
d) Pregão	77.115.576	106.656.019	54.762.960	59.580.793	
e) Concurso	264	–	264	–	
f) Consulta	–	–	–	–	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	–	–	1.019.461	2.211.568	
2. Contratações Diretas (h+i)	31.487.630	34.342.234	19.892.004	13.083.390	
h) Dispensa	10.268.427	14.027.859	7.045.945	8.041.356	
i) Inexigibilidade	21.219.203	20.314.375	12.846.059	5.042.034	
3. Regime de Execução Especial	45.970	38.583	45.970	38.583	
j) Suprimento de Fundos	45.970	38.583	45.970	38.583	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	279.550.822	235.056.412	263.159.826	268.823.302	
k) Pagamento em Folha	279.334.161	234.925.589	262.943.165	219.681.413	
l) Diárias	216.661	130.823	216.661	130.823	
5. Outros	50.696.680	52.652.643	47.836.500	49.011.066	
6. Total (1+2+3+4+5)	454.553.448	485.014.487	389.876.670	405.378.170	

5.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total
Quadro A.13 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM									Código UO: 32202		UGO: 495001	
DESPESAS CORRENTES												
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos					
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013		
1. Despesas de Pessoal	311.736.500	264.825.175	311.736.500	264.825.175	148.736	1.685.447	294.655.619	250.496.309				
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	210.362.291	176.019.450	210.362.291	176.019.450	100	159.949	202.040.895	168.309.375				
Obrigações Patronais	68.360.777	56.374.779	68.360.777	56.374.779	–	126.480	60.439.706	51.160.838				
Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	31.276.523	29.892.579	31.276.523	29.892.579	–	1.376.050	30.586.745	28.516.529				
Demais elementos do grupo	1.736.909	2.538.367	1.736.909	2.538.367	148.636	22.968	1.588.273	2.509.567				
2. Juros e Encargos da Dívida	9.982	6.929	9.982	6.929	3.285	195	6.697	6.734				
Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	9.982	6.630	9.982	6.630	2.599	195	6.697	6.435				
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	–	299	–	299	686	–	–	299				
3. Outras Despesas Correntes	138.513.083	218.411.372	138.513.083	218.411.372	23.797.247	101.429.343	92.705.009	101.733.876				
Outros Serviços de Terceiros - PJ	97.759.998	171.017.005	97.759.998	171.017.005	19.049.743	92.380.945	62.386.033	67.738.520				
Locação de mão-de-obra	18.742.827	18.001.168	18.742.827	18.001.168	2.126.282	3.018.053	13.348.879	13.565.864				
Passagens e Despesas com Locomoção	5.010.046	8.410.638	5.010.046	8.410.638	1.114.700	2.023.579	2.963.239	5.486.547				
Demais elementos do grupo	17.000.212	20.982.561	17.000.212	20.982.561	1.506.522	4.006.766	14.006.858	14.942.945				
DESPESAS DE CAPITAL												
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos					
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013		
4. Investimentos	8.434.787	33.254.085	8.434.787	33.254.085	4.022.966	24.898.411	2.642.071	4.123.379				
Equipamentos e Material Permanente	4.239.144	23.530.563	4.239.144	23.530.563	2.037.483	17.775.889	1.344.682	2.685.186				
Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.246.116	2.841.291	2.246.116	2.841.291	1.309.071	731.034	662.661	1.278.121				
Obras e Instalações	1.659.527	6.871.191	1.659.527	6.871.191	676.412	6.380.448	344.728	160.072				
Demais elementos do grupo	290.000	11.040	290.000	11.040	–	11.040	290.000	–				
5. Inversões Financeiras	–											
6. Amortização da Dívida	3.670	6.806	3.670	6.806	–	–	3.670	6.806				
Principal Corrigido da Dívida Contratual Resg	3.670	6.806	3.670	6.806	–	–	3.670	6.806				

5.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ
Quadro A.14 – Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM									Código UO: 32202		UGO: 495001	
DESPESAS CORRENTES												
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos					
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013		
1. Despesas de Pessoal	311.736.500	264.825.175	311.736.500	264.825.175	148.736	1.685.447	294.655.619	250.496.309				
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	210.362.291	176.019.450	210.362.291	176.019.450	100	159.949	202.040.895	168.309.375				
Obrigações Patronais	68.360.777	56.374.779	68.360.777	56.374.779	–	126.480	60.439.706	51.160.838				
Contrib. a Entidades Fechadas de Previdência	31.276.523	29.892.579	31.276.523	29.892.579	–	1.376.050	30.586.745	28.516.529				
Demais elementos do grupo	1.736.909	2.538.367	1.736.909	2.538.367	148.636	22.968	1.588.273	2.509.567				

2. Juros e Encargos da Dívida	9.982	6.929	9.982	6.929	3.285	195	6.697	6.734
Juros sobre a Dívida por Contrato - LC 141/12	9.982	6.630	9.982	6.630	2.599	195	6.697	6.435
Outros Encargos sobre a Dívida por Contrato	-	299	-	299	686	-	-	299
3. Outras Despesas Correntes	138.379.688	218.411.372	138.379.688	218.411.372	23.797.247	101.429.343	92.571.614	101.733.876
Outros Serviços de Terceiros - PJ	97.626.603	171.017.005	97.626.603	171.017.005	19.049.743	92.380.945	62.252.638	67.738.520
Locação de mão-de-obra	18.742.827	18.001.168	18.742.827	18.001.168	2.126.282	3.018.053	13.348.879	13.565.864
Passagens e Despesas com Locomoção	5.010.046	8.410.638	5.010.046	8.410.638	1.114.700	2.023.579	2.963.239	5.486.547
Demais elementos do grupo	17.000.212	20.982.561	17.000.212	20.982.561	1.506.522	4.006.766	14.006.858	14.942.945
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	8.434.787	33.254.085	8.434.787	33.254.085	4.022.966	24.898.411	2.642.071	4.123.379
Equipamentos e Material Permanente	4.239.144	23.530.563	4.239.144	23.530.563	2.037.483	17.775.889	1.344.682	2.685.186
Outros Serviços de Terceiros - PJ	2.246.116	2.841.291	2.246.116	2.841.291	1.309.071	731.034	662.661	1.278.121
Obras e Instalações	1.659.527	6.871.191	1.659.527	6.871.191	676.412	6.380.448	344.728	160.072
Demais elementos do grupo	290.000	11.040	290.000	11.040	-	11.040	290.000	-
5. Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Amortização da Dívida	3.670	6.806	3.670	6.806	-	-	3.670	6.806
Principal Corrigido da Dívida Contratual Resg	-	-	-	-	-	-	-	-

5.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro A.15 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	13.137.314	20.735.597	5.800.042	5.852.939
a) Convite	-	13.183	-	13.183
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	1.424.187	6.811.281	88.280	7.373
d) Pregão	11.713.127	13.911.058	5.711.762	5.832.308
e) Concurso	-	75	-	75
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	4.013.270	41.523.792	2.770.793	27.312.188
h) Dispensa	2.130.886	41.287.460	1.886.018	27.082.464
i) Inexigibilidade	1.882.384	236.332	884.775	229.724
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	-	-	-
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	17.150.584	62.259.389	8.570.835	33.165.127

5.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
Quadro A.16 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Despesas de Pessoal	–	–	–	–	–	–	–	–
2. Juros e Encargos da Dívida	–	–	–	–	–	–	–	–
3. Outras Despesas Correntes	24.256.118	64.043.047	24.256.118	64.043.047	–	–	10.438.069	38.054.906
39 – Outros Serviços de Terceiros – PJ	8.068.099	48.761.758	8.068.099	48.761.758	–	–	5.976.481	26.888.901
36 – Outros Serviços de Terceiros – PF	4.741.361	4.330.880	4.741.361	4.330.880	–	–	4.461.588	4.143.367
30 – Material de Consumo	3.747.675	3.721.135	3.747.675	3.721.135	–	–	2.394.587	1.777.226
Demais elementos do grupo	7.698.983	7.229.274	7.698.983	7.229.274	–	–	6.441.621	5.245.412
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos	4.444.110	7.568.341	4.444.110	7.568.341	–	–	286.570	3.673.561
52 – Equipam. e Material Permanente	4.303.958	3.676.870	4.303.958	3.676.870	–	–	146.418	2.081.654
39 – Outros Serviços de Terceiros - PJ	140.152	2.985.837	140.152	2.985.837	–	–	140.152	1.586.273
51 – Obras e Instalações	–	900.000	–	900.000	–	–	–	–
Demais elementos do grupo	–	5.634	–	5.634	–	–	–	5.634
5. Inversões Financeiras	–	–	–	–	–	–	–	–
6. Amortização da Dívida	–	–	–	–	–	–	–	–

5.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

Não ocorreram alterações significativas na realização de despesa no exercício de 2014. Contudo, a limitação financeira impactou negativamente as atividades finalísticas da empresa, uma vez que a CPRM, diferentemente de outros órgãos, é executora direta destas ações finalísticas, terceirizando somente serviços especializados. Em relação às despesas de funcionamento da empresa, que dão o necessário suporte logístico às ações finalísticas provocaram um processo generalizado de cobrança, inclusive judiciais, que resultou na incidência de multas e outros encargos.

Muitos destes serviços são intensivos em pessoal e conseqüentemente gerou cortes de pagamento de salários de seus funcionários, o que, inevitavelmente, provocou a paralisações. Os demais serviços ficaram comprometidos, havendo possibilidade de interrupção do fornecimento de água, energia e telefone nas treze unidades da CPRM em todo o Brasil. Seguros de imóveis, equipamentos, veículos e dos empregados da empresa correram o risco de ter suas apólices suspensas, fato que acarretaria demandas sindicais ou judiciais.

Como a CPRM é executora direta dos empreendimentos do PAC, terceirizando somente serviços especializados, uma grande parcela dos recursos é destinada aos trabalhos de campo de nossos técnicos e pesquisadores. Cada etapa de campo dura em média 20 dias corridos, envolvendo de 3 a 5 profissionais. As despesas incluem “Indenização de Campo”, hospedagem, combustível, etc, para as quais é necessário efetuar um “adiantamento financeiro” ao empregado para realizar estas despesas. Assim, como não houve recursos financeiros disponíveis para os adiantamentos, o trabalho de campo em todos os empreendimentos ficou seriamente comprometido. Considerando que a atuação da empresa se dá em nível nacional, há também problemas em relação ao pagamento da empresa responsável pela emissão de passagens e hospedagens, com altos valores em atraso, correndo-se o risco de suspensão dos serviços no curto prazo.

SITUAÇÃO IDENTIFICADA	CONSEQUÊNCIA
Atraso no pagamento da empresa de terceirização de técnicos de nível médio (funções apoio laboratórios).	Suspensão de salários dos terceirizados pelo contratante Atraso nos serviços prestados pelos laboratórios.
Atraso no pagamento da empresa de obras civis no Lamin Caeté.	Paralisação da obra, resultando em atrasos e novos custos de desmobilização e mobilização.
Atraso no pagamento de fornecedores de equipamentos de laboratórios.	Não entrega de equipamentos recém adquiridos. Problemas com peças sobressalentes. Paralisação de alguns serviços.

SITUAÇÃO IDENTIFICADA	CONSEQUÊNCIA
Atraso no pagamento de fornecedores de suprimentos para laboratório.	Redução dos quantitativos de análises Paralisação de alguns serviços.
Falta de “Kit padrão” para estudo "in loco" da fonte de água mineral para o DNPM (as empresas pagam uma taxa por este serviço, que entra no Caixa Único).	Nos casos de Requerimento de Lavra, demora para o investidor receber a autorização do DNPM.
Falta de recursos para viagem de técnicos, programadas com as empresas (pagas pelas empresas).	Atraso no processo de fiscalização do DNPM

5.2 Despesas com ações de publicidade e propaganda

Quadro A.17 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	–	–	–
Legal	2000 - Administração da Unidade	247.686,64	232.649,40 *
Mercadológica	–	–	–
Utilidade pública	–	–	–

* A coluna "valores pagos" é composta da seguinte forma: R\$ 175.835,37, exercício de 2014, e R\$ 56.814,03 se refere a restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 Estrutura de pessoal da unidade

6.1.1 Demonstração e Distribuição da Força de Trabalho à Disposição da UJ

Quadro A.17 – Força de Trabalho da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.837	1.763	170	41
1.1. Membros de poder e agentes políticos	–	–	–	–
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.837	1.763	170	41
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	–	1.755	170	40
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	–	–	–
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	–	–	–	–
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	–	8	–	1
2. Servidores com Contratos Temporários	–	–	–	–
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	–	–	–	–
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.837	1.763	170	41

Fonte: Departamento de Recursos Humanos - DERHU

Quadro A.18 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	607	1.157
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	–	–
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	599	1.157
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	–	–
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	–	–
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	8	0
2. Servidores com Contratos Temporários	–	–
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	–	–
4. Total de Servidores (1+2+3)	607	1.157

Fonte: Departamento de Recursos Humanos - DERHU

Quadro A.19 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	5	5	–	–
1.1. Cargos Natureza Especial	–	–	–	–
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	5	5	–	–
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	–	2	–	–
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	–	1	–	–
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	–	2	–	–
1.2.4. Sem Vínculo	–	–	–	–
1.2.5. Aposentados	–	–	–	–
2. Funções Gratificadas	–	303	31	25
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	–	243	31	21
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	–	52	–	4
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	–	8	–	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	5	308	31	25

Fonte: Departamento de Recursos Humanos - DERHU

Análise Crítica

A força de trabalho disponível no Serviço Geológico do Brasil está equilibrada entre área meio e área afim, frente às necessidades atuais, tendo em vista que em 2013 foi realizado um

concurso público para suprir a carência de pessoal; neste momento apenas nove vagas de Pesquisador e Analista em Geociências serão preenchidas até agosto de 2015.

No concurso de 2013 não conseguimos preencher todas as vagas de Técnico em Geociências – Técnico em Hidrologia, por ausência de classificados, por este motivo um novo concurso será realizado este ano para preenchimento de 52 vagas.

No ano de 2014 foi feito um estudo onde foi apurado o número de 400 possíveis optantes do plano de desligamento incentivado, que a empresa irá submeter a apreciação dos órgãos superiores para que ocorra a renovação da sua força de trabalho.

6.1.2 Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

Quadro A.20 – Qualificação e capacitação da Força de Trabalho

	Treinamentos											
	Treinados			Pessoas	Carga Horária			Custos	Carga Horária/ Perfil			
	Interno	Externo	EAD		Interno	Externo	EAD		Dir.	Técnico	Instrumental	Comportamental
Janeiro	234	9	21	182	5814	152	840	3.680,00	5696	350	0	
	264				6806							
Fevereiro	39	52	11	80	836	1068	381	21.417,56	1134	638	10	
	102				2284							
Março	61	43	101	95	696	1455	1553	57.471,00	2336	668	112	
	205				3704							
Abril	76	76	146	118	1954	1273	2393	36.903,66	3315	398	852	
	298				5620							
Maio	112	102	98	98	3052	3268	3195	69.575,00	5446	1648	84	
	312				9515							
Junho	47	13	31	29	1590	330	599	36.027,00	280	251	0	
	91				2518							
Julho	131	58	51	74	389	1753	546	24.811,04	192	24	0	
	240				2688							
Agosto	158	137	10	119	2316	3885	405	130.153,16	16	336	264	
	305				6606							
Setembro	76	257	6	102	695	7053	59	120.829,30	32	0	0	
	339				7807							
Outubro	0	132	8	36	0	3204	109	89.928,51	0	0	0	
	140				3313							
Novembro	77	135	4	38	4118	3049	130	84.190,02	0	0	0	
	216				7297							
Dezembro	9	23	1	9	184	523	20	3.480,00	0	0	0	
	33				727							
Totais Classificação	1020	1037	488	980	21644	27012	10229	678.466,25				
	2545				58884							

Programa +Líder:

O objetivo do Programa +Líder é a formação continuada de nossos gestores visando o desenvolvimento de competências essenciais para gestão como comunicação, gestão de conflitos, delegação, tomada de decisão e relacionamento com equipe, visando a conscientização do papel dos gestores em sua função. Total de participantes em 2014: 50 gestores

6.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.21 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenci- ários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2014	139.984.621	16.317.610	25.862.280	2.174.852	292.473	9.600.599	-	-	212.294.031
	2013	118.487.167	36.221.105	22.308.564	10.166.921	334.745	9.750.783	-	-	197.269.285
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2014	-	-	7.279.693	-	-	-	-	-	7.279.693
	2013	-	-	6.720.270	-	-	-	-	-	6.720.270
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2014	9.796.501	-	-	-	-	-	-	-	9.796.501
	2013	919.659	-	-	-	-	-	-	-	919.659
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Departamento de Recursos Humanos - DERHU

6.1.4 Riscos identificados na gestão de pessoas

Criação de comissão para rever a estrutura do Plano de Carreiras, Cargos e Salários (cargos, tabelas salariais e movimentação na carreira), implantado em janeiro de 2009, visando melhorar a adequação das funções existentes dentro dos cargos atuais. Essa ação também tem como objetivo reter os profissionais do quadro de pessoal e tornar mais atrativo as futuras contratações.

Dificuldade no fechamento de algumas vagas do concurso 2013 (em andamento), principais cargos: Pesquisador em Geociências (Geólogo – Área de Risco); Analista em Geociências (Analista de Sistemas/Biblioteconomia/Administrador); e Técnico em Geociências (Técnico de Hidrologia).

6.1.5 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Sexo e Raça	Branca	Amarela	Preta	Parda	Indígena	Total Sexo
Feminino	295	2	11	75	0	383
Masculino	438	2	25	131	1	597
Total Raça	733	4	36	206	1	980

- **Concurso 2013 (em andamento)**

Contratação no ano 2014

CARGO	GENERO		TOTAL
	HOMEM	MULHER	
Pesquisador em Geociências	83	29	112
Analista em Geociências	27	19	46
Técnico em Geociências	7	2	9
TOTAL	117	50	167

CARGO	Raça					TOTAL
	A	B	I	N	P	
Pesquisador em Geociências	0	90	0	5	17	112
Analista em Geociências	0	28	0	5	13	46
Técnico em Geociências	1	6	0	1	1	9
TOTAL	1	124	0	11	31	167

A - AMARELA / B - BRANCA / I - INDIGENA / N - NEGRA/ P - PARDA

- **Processo de Promoção e Progressão 2014**

CARGO	GENERO		TOTAL
	HOMEM	MULHER	
Promoção	103	73	176
Progressão por mérito	517	310	827
Progressão por Tempo	213	112	325
TOTAL	833	495	1328

CARGO	Raça					TOTAL
	A	B	I	N	P	
Promoção	2	128	1	9	36	176
Progressão por mérito	7	583	0	22	215	827
Progressão por Tempo	4	219	0	19	83	325
TOTAL	13	930	1	50	334	1328

A - AMARELA / B - BRANCA / I - INDIGENA / N - NEGRA/ P - PARDA

- **Adicional de Titulação (concedidos em 2014)**

MESTRADO	63
DOCTORADO	9
TOTAL	72

- **Petições**

Foram respondidas através de carta 25 petições (muitos questionamentos foram respondidos através do e-mail do PCCS/2014 e não temos contabilizado).

6.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

6.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Anexo I

6.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos

Anexo II

6.2.3 Análise Crítica dos itens 6.2.1 e 6.2.2

Os Contratos de Prestação de Serviços com locação de mão de obra, inclusive vigilância, limpeza e higiene celebrados pela CPRM são acompanhados e fiscalizados por gestores e fiscais designados pela Diretoria da empresa, conforme Norma nº 014/PR e o disposto na LEI 8.666/93, Seção IV. Os gestores e fiscais acompanham a execução dos Contratos, sendo responsáveis por orientar e esclarecer dúvidas da contratada, bem como analisar formalmente a todos os comunicados encaminhados no decorrer da vigência contratual.

6.2.4 Contratação de Estagiários

Quadro A.22 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	256	238	221	208	753.872
1.1 Área Fim	211	191	176	165	523.019
1.2 Área Meio	45	47	45	43	230.853
2. Nível Médio	46	36	27	30	238.298
2.1 Área Fim	28	20	11	13	141.594
2.2 Área Meio	18	16	16	17	96.704
3. Total (1+2)	302	274	248	238	992.170

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO
7.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário
7.1.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial
Quadro A.23 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	PA	01	01
	Belém	01	01
	SP	03	03
	Apiaí	01	01
	São Paulo	02	02
	CE	01	01
	Fortaleza	01	01
	RO	01	01
	Porto Velho	01	01
	PE	01	01
	Recife	01	01
	RN	01	01
	Natal	01	01
	MT	01	01
	Cuiabá	01	01
	PR	01	01
	Curitiba	01	01
	RR	01	01
	Boa Vista	01	01
BA	01	01	
Feira de Santana	01	01	
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	PAÍS	–	–
	cidade	–	–
Subtotal Exterior		–	–
Total (Brasil + Exterior)		12	12

Fonte: Departamento de Administração de Material e Patrimônio – DEAMP

7.1.2 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ
Quadro A.24 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ

Situação	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados							
Ocupado	176100347.500-1	Bom	385.147,86	27/04/2012			
Ocupado	42700819.500-2	Bom	1.675.464,00	06/08/2014	10.862.378,86		
Ocupado	615300001500-8	Bom	1.714.020,00	21/06/2014	1.714.020,00		
Ocupado	138900449500-0	Bom	577.600,00	24/08/2014	2.376.718,13		
Ocupado	710700463500-2	Bom	1.238.769,00	21/02/2014	1.705.819,80		
Ocupado	710700542500-1	Bom	248.076,00	21/02/2014	723.964,36		
Ocupado	753500481500-1	Bom	154.620,00	03/09/2013	70.648,05		
Ocupado	351500191500-9	Bom	5.855.639,55	11/12/2012			
Ocupado	000300703500-9	Bom	8.851.766,46	15/07/2013			
Ocupado	906700194500-9	Bom	277.290,41	02/12/2013			
Ocupado	030100134500-9	Bom	276.142,67	12/05/2013			
Vazios							
–	–	–	–	–	–	–	–
Total							

Fonte: Departamento de Administração de Material e Patrimônio – DEAMP

7.1.3 Análise Crítica:

Está sendo providenciado o registro no Spiunet, do imóvel localizado no município de Recife.

7.2 Bens Imóveis Locados de Terceiros
Quadro A.25 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2014	Exercício 2013
BRASIL	BA	01	01
	Morro do Chapéu	01	01
	SC	01	01
	Criciúma	01	01
	RS	01	01
	Caçapava do Sul	01	01
	CE	01	01
	Fortaleza	01	01
	RN	01	01
	Natal	01	01
	DF	02	01
	Brasília	01	01
Brasília (contrato de Cessão de Uso Oneroso com a CODEVASF)	01	–	
Subtotal Brasil		07	06
EXTERIOR	PAÍS	–	–
	cidade	–	–
Subtotal Exterior		–	–
Total (Brasil + Exterior)		07	06

Fonte: Departamento de Administração de Material e Patrimônio – DEAMP

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

No exercício de 2014, o Diretor-Presidente da CPRM, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX do artigo 37 do Estatuto, criou o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação através do Ato nº 087/PR/14 em 08/07/2014.

Este ato designa os Analistas em Geociências Laura Estela Madeira de Carvalho, Américo dos Santos Júnior, João Batista de Vasconcelos Dias Júnior, Edgar Shinzato e Fernando Augusto Araújo Fonseca, e o Pesquisador em Geociências Francisco Valdir Silveira para, sob a coordenação da primeira, comporem o Comitê de Tecnologia da Informação da CPRM, cujo objetivo é tratar de assuntos referentes às estratégias definidas pela Diretoria, diretrizes e investimentos da utilização em Tecnologia da Informação no âmbito da CPRM. Cabe observar que as atividades relacionadas foram iniciadas pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação no exercício de 2014.

A CPRM realizou no exercício de 2014, procedimento licitatório para contratação de empresa prestadora de serviço de consultoria para elaboração de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, visando à elaboração de estudo técnico, tendo por objeto a verificação da adequação da estrutura dos recursos humanos de TI. O Contrato de nº 27/PR/14 foi firmado com a empresa “Enerst & Young Assessoria Empresarial Ltda”, abrangendo o órgão central e os órgãos regionais da estrutura organizacional da empresa, sediados nas diversas regiões do país.

O respectivo PDTI foi concluído pela empresa vencedora do certame licitatório “Enerst & Young Assessoria Empresarial Ltda” e encaminhado para aprovação da Diretoria executiva para implantação no exercício de 2015.

No processo de reestruturação da área de TI da empresa, também foi realizado novo Edital Licitatório nº 105/RJ/14, do Processo Licitatório nº 404/14, visando à contratação de serviços de informática nos moldes da IN nº 04/2010, o qual considera a entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos, em atenção as boas práticas no âmbito da Administração Pública Federal, bem como às orientações do Tribunal de Contas da União – TCU.

O novo contrato firmado com a empresa G&P Projetos e Sistemas SA, vencedora do Processo Licitatório nº 404/14, prestará serviços técnicos continuados de informática, compreendendo os serviços de apoio técnico de informática, auxiliar de suporte operacional, manutenção de equipamentos de informática, manutenção de redes, programação de sistemas, suporte de redes e técnico operacional, webdesigner no ambiente de tecnologia da informação nas unidades da CPRM.

No exercício de 2014, para dar suporte às áreas de Tecnologia da Informação da CPRM, foram executados os seguintes contratos de prestação de serviços de informática e de aquisição de licenças de software, no âmbito da empresa:

Quadro A.26 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
002/PR/10	Prestação de serviço técnico especializado de informática.	31/03/2015	80043904/0001-33	TDL Teledata Tecnologia em Conectividade Ltda.	3.110.001,72	2.440184,06
024/PR/10	Prestação de serviço de assessoria, suporte técnico e manutenção do Sistema Folder 245 SERVERSUIT e FOLDER 245 PLUS.	12/05/2014	03332613/0001-14	LAB 245 Software Ltda.	4.149,12	2.195,58

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
038/PR/11	Prestação de serviços de suporte, no pacote Advantage, para 2.000 licenças do software de Webmail corporativo Zimbra Network Atandard Edition.	19/08/2015	01427728/0001-67	Inova Tecnologias de Informação e Representações Ltda.	28.920,00	3.012,50
101/PR/12	Prestação de serviços de configuração, suporte, atualização e manutenção do sistema PHL-Personal Home Library.	28/12/2015	04022946/0001-00	Elysio Mira Soares de Oliveira-Infoarte.	39.912,00	-
052/PR/13	Aquisição de 10 licenças do Software Geochemistry for Arcgis, bem como, 10 treinamentos e capacitação técnica do referido software.	29/10/2015	00457363/0001-50	Geosoft Latinoamérica Ltda.	216.709,92	467.406,57
112/PR/13	Prestação de serviços de manutenção e suporte técnico do Software Solução de Gestão Administrativa ASI.	30/12/2015	24936973/0001-03	Link Data Informática e Serviços S/A	235.913,16	900,00

9. ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU
9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício
Quadro A.27 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	022.684/2008-5	1624/2010 e 6596/2010	9.2.4	Determinação	24/11/2010
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227
Descrição da Deliberação					
Exija de empregados e diretores, no caso de viagens ao exterior, a apresentação de Relatório de Viagem ao Exterior – RVE, conforme previsto no art. 16 do Decreto nº 91/800/85.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Assessoria de Assuntos Internacionais - ASSUNI					227
Síntese da Providência Adotada					
A ASSUNI – Assessoria de Assuntos Internacionais, órgão encarregado da recepção e distribuição de tais Relatórios, rotineira e sistematicamente científica o empregado ou dirigente em viagem ao exterior a necessidade de apresentação de relatório de viagem em cumprimento à legislação vigente.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A CGU-RJ, no âmbito da OS 201213890, constatou o cumprimento do item, ao se verificar as prestações de contas de três viagens internacionais.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O controle foi apresentado pela ASSUNI, contudo ainda existem algumas pendências quanto à apresentação no ano de 2014 dos respectivos Relatórios de Viagem ao Exterior – RVE, os quais vêm sendo regularizados pelos empregados.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	022.684/2008-5	1624/2010 e 6596/2010	9.2.6	Determinação	24/11/2010
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227
Descrição da Deliberação					
Revisar redação da Norma interna AAS 06.01, que substituiu a Norma 009/PR, de forma a adequá-la às disposições gerais estabelecidas pela Lei nº 9.784/99 e altere, em particular, o item 3.2 da referida norma, de modo a excluir o “afastamento temporário” do rol de penalidades disciplinares aplicáveis aos empregados da CPRM.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Organização e Métodos – DIORME / Consultoria Jurídica – COJUR					227
Síntese da Providência Adotada					
A Divisão de Organização e Métodos em conjunto com a Consultoria Jurídica, reeditaram nova versão do documento normativo em tela, a fim de atender o Acórdão 1624/2010 do Tribunal de Contas da União.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A DIORME em conjunto com a Consultoria Jurídica concluiu a nova versão do documento normativo em tela, a fim de atender o Acórdão 1624/2010 do Tribunal de Contas da União, e remetido para assinatura da Diretoria PR.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A alteração de norma vigente envolvendo diferentes setores da empresa prejudicou o atendimento em tempo hábil. A determinação foi atendida com a publicação da citada norma interna revisada. AAS 06.01 – Comissão de					

Sindicância e Inquérito Administrativo.					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	022.684/2008-5	1624/2010 e 6596/2010	9.2.7	Determinação	24/11/2010
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227
Descrição da Deliberação					
Concluída a revisão determinada no item precedente, proceda à devida orientação aos gestores da empresa e à ampla divulgação das alterações realizadas aos empregados da CPRM.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Divisão de Organização e Métodos – DIORME / Consultoria Jurídica – COJUR					227
Síntese da Providência Adotada					
Em 2014 a Divisão de organização e Métodos. Dessa Superintendência, juntamente com a Divisão de Contencioso dessa Consultoria, ultimaram o referido documento normativo, o qual já foi homologado pela empresa.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A respectiva norma interna foi alterada em 27/11/2014 substituindo a de mesma nomenclatura e número, editada em 20/06/2008. O normativo já está disponível na <i>Intranet</i> para todos os empregados.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A alteração de norma vigente envolvendo diferentes setores da empresa prejudicou o atendimento em tempo hábil. A determinação foi atendida com a devida publicação da citada norma interna na rede interna da empresa.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	033.466/2011-4	1467/2012	9.2.1	Determinação	13/06/2012
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227
Descrição da Deliberação					
Detalhe as atribuições dos cargos de pesquisador e técnico em geociências no seu Plano de Cargos e Salários (PCCS), considerando, inclusive, a possibilidade de executar diretamente a coleta de amostras.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Geologia e Gestão Territorial – DGM / Consultoria Jurídica – COJUR					227
Síntese da Providência Adotada					
O detalhamento dos cargos de pesquisador e técnico em geociências no PCCS foi analisado, esclarecendo que tais atribuições não comportam a possibilidade de executar diretamente a coleta, posto que esta atividade exija trabalho braçal e treinado para tanto, além de serem totalmente estranha às atividades executadas pelos respectivos cargos.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As atribuições dos cargos de pesquisador e técnico em geociências são detalhadas no Plano de Cargos e Salários (PCCS) da CPRM, esclarecendo, que tais atribuições não comportam a possibilidade de executar diretamente a coleta, posto que esta atividade exija trabalho braçal e treinado para tanto, além de serem totalmente estranha às atividades a serem executadas por esses cargos.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Dessa forma, podemos destacar a impossibilidade dos pesquisadores e dos técnicos em geociências da CPRM, executarem diretamente a atividade de coleta de amostras (considerando o que consta consignado como atribuições de PESQUISADOR e TÉCNICO EM GEOCIÊNCIAS da PCCS da CPRM), por se tratar de atividade estranha às atribuições conferidas a estes cargos.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME					2852
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	033.466/2011-4	1467/2012	9.2.2	Determinação	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM					227
Descrição da Deliberação					
Para dar efeito ao detalhamento retromencionado, elabore estudo demonstrando o custo-benefício da execução indireta da coleta de amostras, em detrimento da contratação e treinamento de profissionais concursados para a atividade de prospecção/coleta de amostras, de forma a justificar o detalhamento das atribuições cargos de pesquisador e técnico em geociências.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Geologia e Gestão Territorial – DGM / Consultoria Jurídica – COJUR					227
Síntese da Providência Adotada					
A CPRM realizou estudo do demonstrando o custo-benefício e das vantagens da execução indireta da coleta de amostras por terceiros, em detrimento da contratação e treinamento de profissionais concursados. Ademais, a CPRM não dispõe de equipes de coleta de amostras, sendo necessária a contratação de 60 novos empregados, inviabilizando o custo dos projetos. O estudo foi juntado ao Processo TCU 033.466/2011-4.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
No estudo realizado, pode-se verificar que nenhuma das atividades típicas dos Técnicos de Geologia (2º grau) e de Pesquisador com formação superior se confunde com a de coleta de amostras.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
De acordo com o cálculo realizado, foi observado que o custo médio de uma amostra contratada é menor que o custo de operação da CPRM. A entrega do serviço é mais rápida e possui menos risco operacional. Ressaltamos que atualmente a CPRM não dispõe de equipes para a coleta de amostras devidamente treinadas no quadro próprio e nem cargos do PCCS do quantitativo praticado.					

9.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI)

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro A.28 – Relatório de cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201307770/2013	2	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
Estudar viabilidade em se institucionalizar um Órgão de Correição na CPRM. Designar um coordenador responsável pelo registro das informações sobre os procedimentos disciplinares instaurados no sistema CGU-PAD, e indicar ao órgão central da CGU um empregado para perfil de administrador principal do sistema.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretor-Presidente – PR / Consultoria Jurídica – COJUR			227
Síntese da Providência Adotada			
A Consultoria Jurídica entendeu que a institucionalização de um Órgão de Correição na CPRM não é viável em função do baixo volume de procedimentos disciplinares instaurados anualmente, podendo ser perfeitamente controlado pelo Departamento de Administração de Materiais e Patrimônio – DEAMP da CPRM, como vem sendo conduzido nos últimos anos. Contudo, após análise da COJUR, a CPRM decidiu por designar dois empregados para			

os perfis de administrador e cadastrador do sistema CGU-PAD.
Síntese dos Resultados Obtidos
Memo. nº 005/2015 – PR/2015, o presidente Sr. Manoel Barreto da Rocha Neto, confirma os representantes da CPRM no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU – PAD, para Administrador Principal e Usuário Cadastrador.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Com o cadastro dos usuários no sistema CGUPAD, todos os processos disciplinares instaurados pela CPRM a partir de 2015, serão informados pelo servidor designado como usuário cadastrador no respectivo sistema.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201307770/2013	3	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
Compatibilizar os valores referentes a imóveis nas demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4320/64 e pela Lei nº 6404/76. Registrar as reavaliações no SPIUNet.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Administração de Materiais e Patrimônio - DEAMP			227
Síntese da Providência Adotada			
Nova correspondência será feitas às Unidades ainda pendentes, reiterando solicitação. Informamos, ainda, que juntamente com a área contábil estamos fazendo análise dos valores registrados no SPIUNET.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Até dezembro de 2014, a maioria das Unidades Regionais, providenciaram nova avaliação e registro no SPIUNET. Pendente as unidades de Manaus, Recife, Mossoró, Natal, Morro do Chapéu e Feira de Santana que não cumpriram determinação contida em correspondência anterior, conforme determinação da Secretaria do Patrimônio da União.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As informações de avaliação e registro dos imóveis estão sendo feitos pelas Unidades e as que ainda não apresentaram deverão adotar providências quanto à reavaliação dos imóveis e posterior atualização no SPIUNET.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201307770/2013	1.1.1.1	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
Implementar indicadores de desempenho mensuráveis e úteis à avaliação da gestão da CPRM, considerando, inclusive, o novo marco regulatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Superintendência de Planejamento – SUPLAM			227
Síntese da Providência Adotada			
Em andamento e adequação dos indicadores de gestão da CPRM, pela Superintendência de Planejamento e Métodos – SUPLAM, devendo ser implementada integralmente no exercício de 2015.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

No Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, utilizado pela CPRM a partir do exercício de 2012, a empresa apresentou os comentários quanto aos resultados alcançados no exercício de 2014, em relação à Taxa de Cobertura de Levantamento Geológico do Território Nacional nas três escalas de mapeamento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A Superintendência de Planejamento e Métodos vem aperfeiçoando, em conjunto com os Departamentos Técnicos, novos métodos para elaboração de indicadores aptos ao acompanhamento da gestão da Empresa. Contudo, a dificuldade em mensurar os trabalhos de pesquisa, com diferentes atividades envolvidas, dificulta a criação de um indicador único de acompanhamento dos projetos.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201307770/2013	1.1.2.1	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Providenciar a criação de um Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação que envolva as diversas áreas da Agência no intuito de alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos Institucionais definindo normativamente suas atribuições. 2. Elaborar Planejamento Estratégico Institucional que determine a organização das políticas e estratégias que orientarão a Empresa no uso e disponibilização do recurso para a realização dos objetivos institucionais. 3. Elabora um PETI e um PDTI contendo elementos estratégicos, alinhados com os objetivos do negócio, prevendo a sua revisão para realinhamento ao Plano Estratégico Institucional, quando implementado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Informática - DEINF			227
Síntese da Providência Adotada			
O Diretor-Presidente da CPRM criou o Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação através do Ato nº 087/PR/14 em 08/07/2014. Foi firmado o Contrato nº 27/PR/14 com a “Enerst & Young Assessoria Empresarial Ltda”, acerca da contratação de serviço de consultoria técnica para elaboração de um PDTI – Plano Diretor de tecnologia da informação para o período de 2013 a 2017, no âmbito da empresa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Esta recomendação foi objeto de estudo pela Diretoria de Relações Institucionais e Desenvolvimento – DRI quanto aos assuntos de TI. Foi constituído o Comitê de TI da CPRM. Este grupo, composto por membros das áreas finalísticas, meio e TI, tem o objetivo de analisar e propor conjuntamente os rumos da TI. O PDTI já foi concluído pela contratada. A Diretoria ainda não concluiu o PEI em estudo pelos departamentos responsáveis.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Comitê de Tecnologia da Informação da CPRM foi criado com o objetivo básico de tratar de assuntos referentes às estratégias definidas pela Diretoria, diretrizes e investimentos da utilização em Tecnologia da Informação no âmbito da CPRM. As atividades relacionadas já foram iniciadas pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação no exercício de 2014.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	201307770/2013	1.1.2.2	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Nomear Gestor de Segurança da informação e Comunicações. 2. Instituir Comitê de Segurança da Informação e			

Comunicação. 3. Elaborar, aprovar e divulgar Política de Segurança da Informação e Comunicações e demais normas de segurança da informação e comunicação.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Informática - DEINF	227
Síntese da Providência Adotada	
Elaborar a Política de Informação e Comunicações. Primeira atividade do Comitê de TI. O assunto já está incluído nas atividades previstas no PDTI e sendo conduzido pelos departamentos responsáveis 2015.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
O Comitê de TI já iniciou as atividades com relação à elaboração da Política de Segurança da Informação e Comunicações da CPRM, devendo ser divulgada no exercício de 2015 com a implantação do PDTI.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não havia na Empresa profissional apto a assumir o papel de Gestor de Segurança da Informação e que gerou a necessidade de capacitação dos respectivos empregados designados para a função. As recomendações estão em fase de implantação.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201307770/2013	1.1.2.3	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Implementar controles que permitam a adequada coordenação dos sistemas de informação no âmbito da CPRM. 2. Efetuar estudo de modo a verificar a adequação da estrutura dos recursos humanos de TI.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Informática - DEINF			227
Síntese da Providência Adotada			
As atividades relacionadas já foram iniciadas pelo coordenador designado no exercício de 2014 através do acompanhamento dos cronogramas dos projetos, além da ferramenta de controle através do Relatório de Desempenho dos Projetos que visa informar aos envolvidos a evolução do projeto e suas ocorrências.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O processo licitatório para contratação da prestadora de serviço de consultoria já foi homologada e a empresa vencedora “Enerst & Young Assessoria Empresarial Ltda” contratada para efetuar estudo de modo a verificar a adequação da estrutura dos recursos humanos de TI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Necessária presença do gestor com atribuições de TI nas Regionais devido à estrutura de rede e sistemas nos locais. Geoprocessamento que pode não se comunicar adequadamente com o Departamento de TI. Aguardar a elaboração do PDTI, para reestruturação da área de TI, de forma mais adequada para a CPRM. O assunto esta sendo conduzido pelos departamentos responsáveis. Recomendação em fase de implantação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	201307770/2013	1.1.2.4	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227

Descrição da Recomendação	
1. Nos contratos de serviços, utilizar a aferição de esforço por meio da métrica homens-hora apenas mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos. 2. Quando da realização de licitatórios para contratação de serviços, estabelecer, nos termos de referência, critérios objetivos para a aferição dos esforços e vinculação dos pagamentos a serem realizados no futuro contrato. 3. Nos casos dos contratos existentes em que o contratado não concorde com o estabelecimento de níveis de serviço, efetuar novo procedimento licitatório ao invés de prorrogar o contrato vigente, nos casos cabíveis, quando de seu vencimento. 4. Estabelecer níveis de serviço vinculados aos pagamentos em todos os contratos de serviços a serem celebrados, bem como naqueles já existentes mediante a anuência dos contratados e a celebração de termos aditivos.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Informática - DEINF	227
Síntese da Providência Adotada	
Foi realizado novo processo licitatório para contratação de serviços de informática com vinculação à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos de acordo com a IN nº 04/2010.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Edital nº 105/RJ/14, do Processo Licitatório nº 404/14, homologado visando à contratação de serviços de informática de acordo com IN nº 04/2010, para cumprimento da boa prática no âmbito da Administração Pública Federal, bem como às orientações do Tribunal de Contas da União – TCU.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A forma de remuneração por homem/hora nos foi indicada como a mais apropriada pela área de contratos da CPRM. O novo contrato firmado com a empresa G&P Projetos e Sistemas SA prestará serviços técnicos continuados de informática no âmbito da CPRM.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201307770/2013	1.1.2.5	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Normatizar o Processo de Desenvolvimento de Sistemas no âmbito da CPRM, documentando e implementando metodologia que oriente tanto os desenvolvimentos internos quanto os decorrentes de procedimento licitatório. 2. Quando da contratação de desenvolvimento de sistemas, efetuar especificações detalhadas que permitam o adequado dimensionamento do sistema e que definam todos os artefatos associados ao processo de desenvolvimento, desde a definição de requisitos até a implantação do sistema.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Informática - DEINF			227
Síntese da Providência Adotada			
Segundo o gestor, foi adotada a gestão por projetos no desenvolvimento de sistemas do DEINF (DIINFO e DIGEOP), assim todos os projetos são planejados e documentados. Não houve nenhuma nova contratação de desenvolvimento de sistemas no exercício de 2014 e que o assunto já se encontra inserido no PDTI para análise quanto a necessidade e possível aquisição de acordo com a recomendação CGU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Normatização do Processo de Desenvolvimento de Sistemas no âmbito da CPRM, está sendo documentado e assim como a implementação da metodologia para o devido desenvolvimento interno dos procedimentos licitatórios.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Definição e implantação de processos de desenvolvimento de softwares e de metodologia de desenvolvimento de sistemas quanto a necessidade e forma de contratação. O assunto esta sendo conduzido pelos departamentos responsáveis pelo desenvolvimento interno de sistemas.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	201307770/2013	4.1.1.1	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
1. Estabelecer procedimento de pesquisa, nos processos de contratação de serviços de levantamento aerogeofísico e similares, contemplando empresas aptas a executar o objeto, por intermédio de consultas de preços. 2. Elaborar orçamento detalhado, que expresse, com razoável precisão, a composição de todos os custos unitários, nos termos do art. 7o, § 2o, inciso II, da Lei no 8.666/1993, bem como da jurisprudência do TCU sobre o assunto.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviços de Administração e Finanças do RJ - SERAFI/RJ e Divisão de Geofísica - DIGEOF			227
Síntese da Providência Adotada			
Iniciada nova Ata de Concorrência nº 001/DEAMP/14 (Envelope de Preços), com as propostas da “Lasa Prospecções S/A” e “Microsurvey Aerogeofísica e Consultoria Científica Ltda” onde cada participante apresentou o valor proposto de forma detalhada de acordo com a Lei 8.666/93.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A recomendação esta sendo observada nos processos iniciados no exercício 2014. O Processo de nº 023/14 – Concorrência nº 001/DEAMP-RJ/14 do Projeto Aerogeofísico Cachoeira do Curuá (PA) apresentou as ações corretivas adotadas e aperfeiçoadas, contendo preço estimado para contratação e proposta de preços detalhada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Estamos buscando aperfeiçoar cada vez mais os orçamentos elaborados para análise das propostas apresentadas, com melhor detalhamento dos custos das respectivas contratações. Processos com orçamentos detalhados apresentaram razoável precisão, constando a composição de todos os custos unitários e as respectivas justificativas.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Ministério de Minas e Energia – MME			2852
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201307770/2013	4.2.1.1	17/09/2013
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM			227
Descrição da Recomendação			
Fazer constar, nos processos de contratação por inexigibilidade de licitação, cópias de notas fiscais (ou documento equivalente) de venda a outros clientes, de modo a comprovar a adequação dos preços contratados pela CPRM em relação aos praticados no mercado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Adm. De Mat. E Patrimônio – DEAMP / Divisão de Contrato – DICONTE			227
Síntese da Providência Adotada			
Os processos licitatórios estão sendo aperfeiçoados de forma a serem melhores instruídos com Notas Técnicas de formação de preço em atendimento a recomendação e adequação a legislação (Lei 8.666/93)			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os processos instaurados na modalidade inexigibilidade em 2014 contem documentos comprobatórios de modo a comprovar a adequação dos preços contratados em relação aos de mercado (artigos 25 e 26 da Lei 8.666/93).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Dificuldade para formação de preços estimados nas aquisições e contratações singulares e especializadas, necessário para instrução de processos na modalidade inexigibilidade de licitação, contendo documentos que comprovem a adequação dos preços contratados em relação aos de mercado em atendimento a Lei 8.666/93.			

9.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.29 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	–	–	14
	Entregaram a DBR	–	–	14
	Não cumpriram a obrigação	–	–	–
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	–	–	–
	Entregaram a DBR	–	–	–
	Não cumpriram a obrigação	–	–	–
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	31	21	243
	Entregaram a DBR	31	21	243
	Não cumpriram a obrigação	–	–	–

Fonte: Departamento de Recursos Humanos - DERHU

9.3.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

O Departamento de Recursos Humanos - DERHU emite um memorando circular para todas as unidades regionais solicitando a Declaração de Imposto de Renda do exercício em envelope lacrado, onde ficam arquivados, exceto dos Dirigentes que ficam arquivados na Secretaria Geral. Aqueles que não entregam no prazo estipulado são cobrados por correspondência.

9.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Quadro A.30 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				Remetidas ao TCU
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	
Recebimento Débito			Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000				
15	15	–	–	–	–	–	–	–

9.5 Alimentação SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Eduardo Santa Helena da Silva, CPF nº 375.729.030.53, Diretor de Administração e Finanças, exercido no Escritório do Rio de Janeiro declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 29 de maio de 2015.

Eduardo Santa Helena da Silva
375.729.030.53

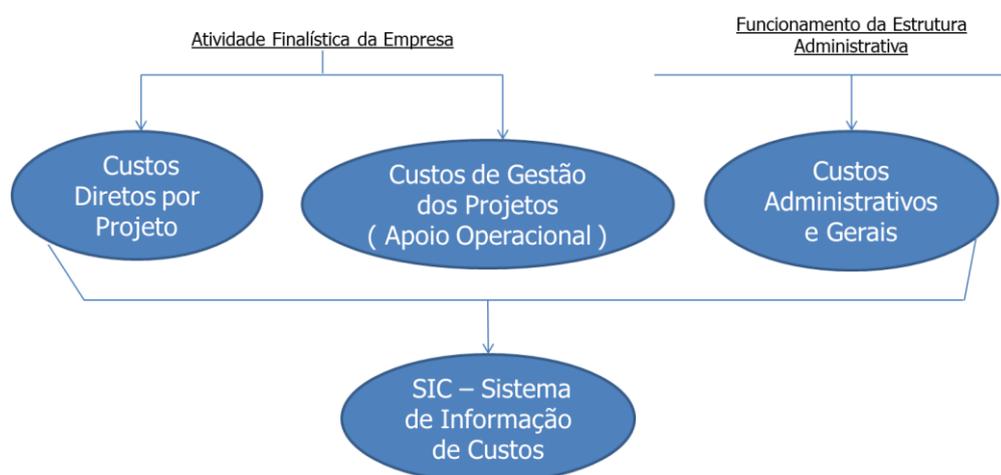
Diretor de Administração e Finanças / CPRM

10. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

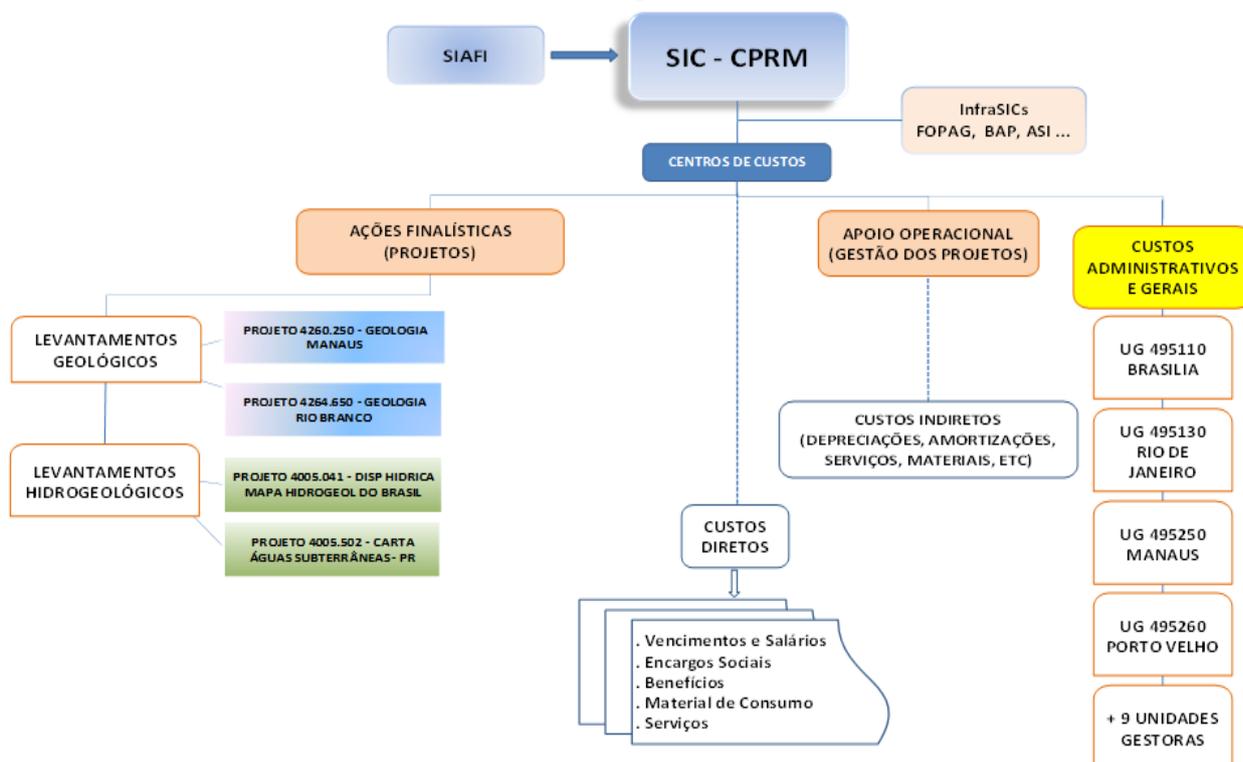
10.1 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM, juntamente com a Secretaria do Tesouro Nacional, entendeu que o SIC - Sistema de Informações de Custos do Governo Federal está inserido no contexto de mudanças que vem ocorrendo na contabilidade aplicada ao setor público, aproveitou a cultura de controle de custos já existente na empresa e promoveu a implantação do SIC, a partir do mês de Janeiro de 2013. O processo de geração das informações de custos se encontra avançado, com suas etapas definidas, bem como, a identificação dos benefícios, funcionalidades, obstáculos e perspectivas na utilização do SIC.

Esquema Simplificado da Informação de Custos na CPRM



MODELAGEM DO SISTEMA DE CUSTOS - AÇÕES DE GOVERNO E OBJETOS DE CUSTOS



Benefícios e funcionalidades na utilização do SIC

No ano de 2012, a CPRM iniciou a reestruturação da área de informações de custos, atualizando e divulgando as normas internas e adequando a estrutura física necessária para desenvolvimento da atividade.

A CPRM iniciou a implantação do SIC - Sistema de Informação de Custos do Governo Federal, a partir de Janeiro de 2013.

A utilização do SIC exigiu a alteração do perfil da CPRM no SIAFI, eliminando de imediato a duplicidade de procedimentos (retrabalho) na geração das informações de custos.

O SIC reforça ainda mais a cultura de controle de custos da CPRM, pois possui interface com os sistemas estruturantes do Governo Federal (SIAFI, SIAPE e SIOP), permitindo assim, uma total confiabilidade nas informações geradas.

O SIC permite que as informações de custos sejam divulgadas através de relatórios customizados, que possibilitam uma melhor análise por parte dos coordenadores de ações, gerentes de departamentos, chefes de projetos, entre outros.

Obter tais informações de maneira consistente possibilita acompanhar permanentemente o desenvolvimento dos projetos de acordo com a execução orçamentária financeira, permitindo que os gestores possam avaliar e comparar as informações de custos com a evolução das metas físicas dos projetos sob sua responsabilidade.

Outro benefício foi dar continuidade na base de dados da série histórica dos projetos, de forma mais confiável, permitindo assim, a possibilidade de utilização de tais informações para orçamentação e planejamento dos novos projetos que irão compor o Programa Anual de Trabalho – PAT a cada exercício.

O SIC vem permitindo a construção de diversos relatórios, gerando a base para acompanhamento das ações finalísticas por projeto (centro de custo), conseguindo assim, uma comparação imediata com as informações constantes no Programa Anual de Trabalho - PAT.

Perspectivas da CPRM com a utilização do SIC

A CPRM enfrentará novos desafios com o Marco Regulatório do Setor Mineral (PL n.º 37/2011, PL n.º 5807/2013 e apensados) que está em análise no Congresso Nacional, fato que demandará, entre outras coisas, um sistema de informação gerencial que detalhe, por exemplo, quanto custa mapear o Brasil em uma determinada escala, região, estado, etc.

A área de informações de custos baseada na unidade do Rio de Janeiro, vem promovendo oficinas e palestras visando o treinamento e os esclarecimentos da utilização do SIC.

A integração com as demais áreas da CPRM vem proporcionando a utilização das informações de custos em diversas dimensões, gerando relatórios customizados conforme a necessidade de cada área, tais como: área de gestão patrimonial, compras, auditoria, contratos, administração, contabilidade geral, etc.

Obstáculos na utilização das informações de custos

- Acompanhamento da execução dos projetos pelos gestores, com foco apenas no orçamento;
- Falta de definição para que o controle das informações de custos seja contemplado no modelo de gestão da companhia; e
- Falta de definição da estrutura de controle das informações de custos dentro do organograma, bem como, sua atuação e responsabilidades.

Conclui-se que tal processo proporcionará cada vez mais o envolvimento de todos os nossos colaboradores no cumprimento da missão do Serviço Geológico do Brasil, alcançando a efetividade esperada pela sociedade brasileira no que tange a utilização dos recursos públicos e a qualidade dos serviços e produtos entregues.

10.2 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Anexo III

10.3 Composição Acionária das Empresas Estatais

10.3.1 Composição Acionária do Capital Social como Investida

Quadro A.31 – Composição Acionária do Capital Social

UJ COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2014				
Denominação completa				
Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Governo	Tesouro Nacional	87,53%	87,53%	87,53%
	Outras Entidades Governamentais	1,72%	1,72%	1,72%
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	89,25%	89,25%	89,25%
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Ordinárias (%)		89,25%	89,25%	89,25%
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Governo	Tesouro Nacional	9,80%	9,80%	9,80%
	Outras Entidades Governamentais	0,95%	0,95%	0,95%
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	10,75%	10,75%	10,75%
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Preferenciais (%)		10,75%	10,75%	10,75%
Total		100%	100%	100%

10.4 Relatório de Auditoria Independente

Anexo IV

11. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

11.1 Outras Informações Consideradas Relevantes pela UJ

Destacamos como principal conquista da CPRM no exercício de 2014, e coroando os esforços desenvolvidos na área de Geologia Marinha, a proposta de plano de trabalho apresentada pela CPRM/SGB, representando o Brasil, para exploração de recursos minerais em área situada em águas internacionais do oceano Atlântico, foi analisada e aceita pela International Seabed Authority (ISA) (Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos). O contrato a ser assinado garantirá ao Brasil 15 anos de exclusividade na exploração da área solicitada na Elevação do Rio Grande, o que representa, em âmbito regional e internacional, importante componente político-estratégico para o país.

PARTE B da DN-TCU nº 134/2013 – Item 16

12. Informações Específicas à CPRM

a. Indicadores de Execução Física e de Execução Orçamentária/Financeira

Em relação aos indicadores das atividades finalísticas da CPRM, informamos que são utilizados atualmente os indicadores da execução física e da execução orçamentária e financeira de cada ação, conforme apresentado nas tabelas a seguir:

a.1. Indicadores de Execução Física

Ação/Grupo de Atividades	Indicador Físico (Unidade)	Execução Física			Meta	% Exec
		2011-2013	2014	2011-2014	2011-2014	2011-2014
Avaliação de Recursos Minerais	área levantada (km2)	236.845	117.228	354.073	166.667	212,4%
Gestão da Informação Geológica - CIG - Implantação	volume de informações baixado do site da CPRM (terabytes)	55,2	51,8	107,0	96,0	111,5%
Levantamentos Aerogeofísicos	área levantada (km2)	834.750	322.638	1.157.388	1.080.000	107,2%
Riscos Geológicos e Desastres Naturais (Mapas de Setorização de Riscos)	município beneficiado (unidade)	550	307	857	821	104,4%
LAMIN - Análises Laboratoriais	análise realizada (unidade)	275.694	92.393	368.087	360.000	102,2%
Riscos Geológicos e Desastres Naturais (Mapas de Suscetibilidade)	município beneficiado (unidade)	94	172	266	286	93,0%
LAMIN - Implantação dos Laboratórios Analíticos	Laboratório analítico implantado (percentual executado)	79,5%	13,0%	92,5%	100,0%	92,5%
Levantamentos Geológicos	área levantada (km2)	527.963	274.665	802.628	906.000	88,6%
Gestão da Informação Geológica - Implantação da Rede de Litotecas	litoteca implantada (percentual executado)	81,4%	3,0%	84,4%	100,0%	84,4%
Levantamentos Geoquímicos	área levantada (km2)	1.888.332	189.947	2.078.279	2.500.000	83,1%
Levantamentos Hidrogeológicos (SIAGAS)	poços de água cadastrados (unidade)	31.727	22.651	54.378	66.667	81,6%
Geodiversidade - Ordenamento Territorial	levantamento realizado (mapa da geodiversidade produzido)	27	7	34	47	72,3%
Informações de Alertas de Cheias	município atendido (unidade)	22	12	34	88	38,6%
Levantamentos Hidrogeológicos (RIMAS)	poços de água monitorados (unidade)	152	20	172	500	34,4%
Levantamentos Geológicos Marinhos	área levantada (km2)	163.000	0	163.000	600.000	27,2%

a.2. Indicadores de Execução Orçamentária 2014

Ação Orçamentária	LOA 2014	Limite Autorizado		Empenhos Emitidos		Empenhos Liquidados	
	sem Conv	SIAFI		(C)	(C/B)	(D)	(D/C)
	(A)	(B)	(B/A)	Valor (R\$)	%	Valor (R\$)	%
	Valor (R\$)	Valor (R\$)	%				
Gestão e Coordenação do PAC	3.250.000	3.249.319	100,0%	3.249.009	100,0%	3.245.941	99,9%
Mapeamento Geológico-geotécnico com Relação a Riscos Geológicos	29.720.000	27.635.675	93,0%	27.635.675	100,0%	24.919.141	90,2%
Produção Laboratorial de Análises Minerais-LAMIN	4.360.000	4.056.173	93,0%	4.056.173	100,0%	3.550.983	87,5%
Levantamentos Geoquímicos	1.090.200	258.150	23,7%	258.150	100,0%	215.909	83,6%
Levantamento da Geodiversidade	990.200	532.246	53,8%	532.246	100,0%	442.771	83,2%
Gestão da Informação Geológica	14.440.000	13.236.529	91,7%	13.236.529	100,0%	9.727.668	73,5%
Levantamentos Geológicos	9.930.000	9.400.000	94,7%	8.854.455	94,2%	6.445.465	72,8%
Informações de Alerta de Cheias e Inundações	2.860.000	1.825.578	63,8%	1.825.578	100,0%	1.310.642	71,8%
Levantamentos Geológicos Marinhos	15.860.000	951.730	6,0%	951.730	100,0%	667.147	70,1%
Levantamentos Hidrogeológicos	6.860.000	6.500.000	94,8%	5.429.146	83,5%	3.698.440	68,1%
Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil	10.960.000	10.428.722	95,2%	10.428.722	100,0%	7.016.939	67,3%
Avaliação dos Recursos Não-Vivos da Zona Econômica Exclusiva (ZEE)	2.130.000	318.983	15,0%	318.983	100,0%	165.978	52,0%
Levantamentos Aerogeofísicos	27.610.000	12.416.180	45,0%	11.217.043	90,3%	2.514.983	22,4%
Aquisição de Direitos de Exploração de Recursos Minerais Marinhos	100.000	0	0,0%	0		0	
Total CPRM	130.160.400	90.809.284	69,8%	87.993.437	96,9%	63.922.007	72,6%

RESULTADOS E CONCLUSÕES

O ano de 2014 marcou o encerramento da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2), na qual estava inserida a maioria das ações finalísticas da CPRM/SGB, o que se traduz como reconhecimento da importância de suas atividades e produtos para a infraestrutura do país.

Mais uma vez, como demonstração inequívoca do comprometimento da Empresa com a utilização dos recursos a ela destinados, logrou-se alcançar uma execução orçamentária exemplar, sendo empenhados 99,3% do limite autorizado.

O alto nível de produção na Ação Levantamentos Geológicos se concretiza com a conclusão do mapeamento em 100 folhas (518.250 km²): 82 folhas em escala 1:100.000, correspondendo a 246.000 km², dos quais 81.000 km² em parceria com universidades; 15 folhas em escala 1:250.000, totalizando 270.000 km²; três folhas em escala 1:50.000, referentes a 2.250 km².

Nas atividades de mapeamento geológico deu-se continuidade à metodologia de trabalho implantada no exercício anterior, com a qual se obteve redução do tempo de execução dos projetos para dois anos, produzindo-se, já no primeiro ano, um mapa geológico preliminar, em formato PDF, de conteúdo factual e descritivo e com enfoque litoestratigráfico, o que otimizou a divulgação desses dados.

Ainda nessa área, destacam-se os mapas de integração geofísico-geológica, que visam a fornecer subsídios à seleção tanto de áreas para prospecção mineral como de ambientes geológicos para mapeamento em escalas de maior detalhe (1:100.000 ou 1:50.000).

Na Ação Levantamentos Aerogeofísicos foram concluídos cinco projetos, correspondendo a 240.676 km², com destaque para o Levantamento Aerogravimétrico de Carajás (128.694 km²), que abrange a Província Mineral de Carajás. Em execução há sete projetos nos estados de Pará, Amazonas, Rondônia, Mato Grosso, Bahia, Tocantins e Goiás.

Coroando os esforços desenvolvidos na área de Geologia Marinha, a proposta de plano de trabalho apresentada pela CPRM/SGB, representando o Brasil, para exploração de recursos minerais em área situada em águas internacionais do oceano Atlântico, foi analisada e aceita pela International Seabed Authority (ISA) (Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos). O contrato a ser assinado garantirá ao Brasil 15 anos de exclusividade na exploração da área solicitada na Elevação do Rio Grande, o que representa, em âmbito regional e internacional, importante componente político-estratégico para o país.

Na área de Avaliação de Recursos Minerais, a CPRM/SGB conduziu 24 projetos de relevante importância nacional, regional e local, agrupados nos segmentos Insumos Minerais para a Agricultura (3), Estudos Metalogenéticos (3), Gemas (2) e Materiais para Construção Civil das Regiões Metropolitanas (16).

Nos últimos anos, o Brasil vem enfrentando eventos hidrológicos extremos – como as enchentes nas regiões Norte e Sul do país e as estiagens prolongadas no Sudeste e Nordeste –, o que ressalta a importância da atuação do Serviço Geológico do Brasil na área de Recursos Hídricos, bem como traz novos desafios. Visando a minimizar os impactos sobre a população, os sistemas de previsão e alerta de inundações implantados pela CPRM/SGB atendem, até o momento, a 34 municípios críticos, beneficiando cerca de 3,4 milhões de pessoas.

Destaca-se, ainda, a atuação da Empresa no mapeamento geológico-geotécnico em municípios críticos com relação a riscos geológicos. Em 2014, no escopo do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais do Governo Federal, a CPRM/SGB procedeu à identificação, delimitação e vetorização de setores de risco a deslizamentos e enchentes/inundações classificados como alto e muito alto em 307 municípios, nos quais foram identificados 2.880 setores, com 194.026 moradias e 849.873 pessoas. Ao longo desse trabalho, iniciado em 2011, a CPRM/SGB mapeou 857 municípios, identificando e delimitando 9.784 setores, com 789.292

moradias e 3.321.773 pessoas, ultrapassando a meta pactuada com a Casa Civil da Presidência da República, qual seja a de produzir esse tipo de informação para 821 municípios até 2014.

No exercício, procedeu-se à elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), com a contratação de uma empresa de consultoria e o acompanhamento de uma equipe especializada da CPRM/SGB. Com esse instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão, visa-se ao aprimoramento da área de Tecnologia da Informação e ao aumento da eficiência para o alcance dos objetivos institucionais.

Para vencer os desafios inerentes a essa gama de atividades, a CPRM/SGB conta com seu mais importante patrimônio, que é o seu capital humano. Em 2014, foram efetivadas 167 admissões, sendo 112 Pesquisadores em Geociências. Com isso, em dezembro seu quadro funcional alcançou 1.755 funcionários efetivos, dos quais 1.048 são ocupantes de cargos de nível superior e 577 são pós-graduados (108 doutores, 291 mestres e 178 especializados). Sempre engajados na melhoria da gestão de Recursos Humanos, destacamos, ainda, a contratação de um Sistema Integrado de Recursos Humanos, que proporcionará celeridade, confiabilidade e transparência aos processos.

Ao longo de 2014 registramos a expressiva participação de 969 empregados em eventos de capacitação e desenvolvimento, destacando-se o início do Programa +Líder, que visa a preparar líderes atuais e futuros para os desafios estratégicos da CPRM/SGB.

Pelos resultados expostos, podemos afirmar que 2014 foi um ano profícuo na atuação da CPRM/SGB.

MANOEL BARRETTO DA ROCHA NETO
DIRETOR-PRESIDENTE

C P R M

ANEXO I

Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

6.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Quadro A.35 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM														
UG/Gestão: 29208						CNPJ: 00.091.652/0002-60								
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F			M		S		
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	005/PR/10	00.403.982/0001-62	04/01/2010	02/06/2015	11 (onze) postos de servente 01 (um) posto jardineiro 01 (um) posto ASG	11 01 01						P
2010	L	O	015/PR/10	84.624.329/0001-13	05/04/2010	05/04/2015	06 (seis) postos de servente	06						E
2010	L	O	080/PR/10	97.481.220/0001-16	13/08/2010	13/08/2014	07 (sete) postos de servente	07						E
2010	L	O	121/PR/10	09.526.473/0001-00	29/11/2010	29/11/2015	04 (quatro) postos de servente; 01 (um) posto de jardineiro.	04 01						A
2011	L	O	015/PR/11	11.015.977/0001-07	26/04/2011	26/04/2014	04 (quatro) postos de serventes de limpeza	04						E
2011	L	O	023/PR/11	07.462.424/0001-17	01/06/2011	01/06/2015	05 (cinco) postos de serventes de limpeza	05						P
2012	L	O	030/PR/12	09.172.237/0001-24	02/07/2012	02/07/2014	02 (dois) postos de serventes de limpeza e conservação	02						E
2012	L	O	031/PR/12	05.930.069/0001-38	01/06/2012	01/06/2015	12 (doze) postos de serventes de limpeza e conservação	12						A
2012	L	O	081/PR/12	03.765.290/0001-52	28/12/2012	28/12/2015	10 (dez) postos de serventes de limpeza e conservação	10						A
2013	L	O	073/PR/13	10.446.523/0001-10	19/11/2013	19/11/2015	01 (um) posto de servente de limpeza e conservação	01						A
2013	L	O	110/PR/13	08.092.016/0001-83	30/12/2013	30/12/2015	05 (cinco) postos de serventes para limpeza	05						A
2014	L	O	044/PR/14	17.426.041/0001-47	29/07/2014	13/08/2015	03 (três) postos de serventes de limpeza e conservação	03						A
2014	L	O	051/PR/14	05.576.482/0001-46	27/08/2014	27/08/2015	03 (três) postos de serventes de limpeza	03						A
2010	V	O	008/PR/10	09.081.459/0001-31	01/03/2010	02/03/2015	03 (três) postos de vigilância armada	03						E
2010	V	O	036/PR/10	06.272.413/0007-05	01/04/2010	01/04/2015	06 (seis) postos de vigilância armada	06						E
2010	V	O	140/PR/10	66.063.256/0001-56	20/11/2010	20/11/2014	01 (um) posto de vigilância armada	01						E
2011	V	O	021/PR/11	12.066.015/0001-31	20/06/2011	20/06/2015	02 (dois) postos de vigilância armada	02						A
2011	V	O	028/PR/11	03.372.304/0001-78	01/07/2011	01/07/2015	03 (três) postos de vigilância armada	03						A
2011	V	O	041/PR/11	13.019.295/0001-90	06/09/2011	06/09/2015	01 (um) posto de vigilância armada	01						A
2013	V	O	024/PR/13	66.063.256/0001-56	01/04/2013	01/04/2016	01 (um) posto de vigilância armada	01						P
2013	V	O	057/PR/13	03.144.992/0001-19	17/11/2013	17/11/2014	02 (dois) postos de vigilância armada	02						E
2013	V	O	061/PR/13	03.372.304/0001-78	02/01/2014	02/01/2016	02 (dois) postos de vigilância armada	02						P
2013	V	O	086/PR/13	12.066.015/0001-31	03/12/2013	03/12/2015	01 (um) posto vigilância diurna 02 (dois) postos vigilância noturna	01 02						A
2013	V	O	114/PR/13	92.966.571/0001-01	30/12/2013	30/03/2015	02(dois) postos vigilância diurnos; 03(três) postos vigilância noturno	02 03						P
2014	V	O	066/PR/14	02.050.778/0001-30	21/11/2014	23/11/2015	02 (dois) postos vigilância diurnos 02(dois) postos vigilância noturnos	02 02						A

Observações: Os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva foram firmados por Unidade Regional da CPRM, elaborados pela Divisão de Contratos – DICONT.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: DICONT – Divisão de Contratos da CPRM

C P R M

ANEXO II

Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

6.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.36 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM													
UG/Gestão: 29208					CNPJ: 00.091.652/0002-60								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	4	O	006/PR/10	00.403.982/0001-62	01/07/2010	01/07/2015	05 (cinco) postos recepcionista 01 (um) posto secretaria 02 (dois) posto mensageria 01 (um) posto copeiragem 05 (cinco) postos condutor de veículos 01 (um) posto telefonia 01 (um) posto portaria 02 (dois) artífice em eletricidade	02 01 05	01	05 01			A
2010	4	O	023/PR/10	02.843.359/0001-56	08/04/2010	08/04/2014	06 (seis) postos secretária 02 (dois) postos recepção 01 (um) posto mensageria 01 (um) posto copeiragem 04 (quatro) posto condução de veículo	01 01 04	06 02				P
2010	4	O	025/PR/10	33.104.423/0001-00	01/04/2014	01/07/2015	01(um) posto telefonista 01 (um) posto Copeira 06 (seis) postos mensageiros 01(um) posto motorista 12 (doze) postos recepcionistas 18 (dezoito) postos recepcionistas	01 06 01	01	12 18			P
2010	4	O	041/PR/10	09.231.574/0001-45	15/06/2010	15/06/2015	02 (dois) postos secretaria 01 (um) posto recepção 02 (dois) postos mensageria 01 (um) posto copeiragem 03 (três) postos condução de veículos 01 (um) posto telefonia	02 01 03	02 01				A
2011	4	O	061/PR/11	03.022.122/0001-77	09/11/2011	09/11/2015	06 (seis) postos secretária 03 (três) postos motorista 04 (quatro) postos ASG 03 (três) postos copeiragem 02 (dois) postos mensageiro 05 (cinco) postos recepção	03 04 03 02	06	05			A
2012	4	O	029/PR/12	09.172.237/0001-24	02/07/2012	30/08/2014	01(um) posto de mensageria 01 (um) posto de copeiragem 02 (dois) postos motorista 02 (dois) postos portaria diurnas	01 01 02 02					E

C P R M

ANEXO III

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404-1976



CPRM
Serviço Geológico do Brasil

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2014

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECOF - DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, ORÇAMENTO E FINANÇAS
DICOGE - Divisão de Contabilidade Geral

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

ATIVO

	Nota Explicativa	2014	2013
CIRCULANTE		66.598	68.763
Caixa e Equivalentes de Caixa		33.632	31.983
Previdência Privada	19	24.926	24.744
Contas a Receber	5	904	517
Materiais	6	485	2.419
Impostos a Recuperar		3.221	3.219
Adiantamentos para Despesas		1.646	1.746
Recursos a Receber Restos a Pagar	18	226	2.687
Convênios com Entidades Diversas	7	1.174	1.174
Outros Créditos		384	274
		190.025	185.890
NÃO CIRCULANTE		12.532	32.998
Realizável a Longo Prazo		0	21.205
Previdência Privada	19	0	21.205
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral	9	652	624
Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais	9	9.252	8.707
Adquirentes de Direitos Minerais	8	0	0
Financiamentos à Pesquisa Mineral	9	0	0
Outros Créditos	10	2.628	2.462
Investimentos		504	504
Imobilizado		171.558	148.340
Intangível	12	5.431	4.048
TOTAL DO ATIVO		256.623	254.653

As notas explicativas são parte integrante
das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	2014	2013
CIRCULANTE		731.083	710.147
Fornecedores	23	31.606	20.403
Entidades de Previdência Complementar	19	24.926	24.744
Financiamentos a Pagar	13	12	14
Impostos e Encargos Sociais a Pagar	15	82.108	72.506
Provisão para Férias e 13o.salário	24	35.907	29.856
Provisão para Contingências	14	23.119	25.074
Contas e Despesas a Pagar		3.563	7.334
Convênios com Entidades Diversas	22	29.071	38.196
Credores Diversos		771	1.020
NÃO CIRCULANTE		247	21.433
Entidades de Previdência Complementar	19	0	21.205
Financiamentos a Pagar	13	247	228
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		25.293	14.073
Capital Realizado Atualizado	16	30.148	30.148
Reservas de Reavaliação	17	28.336	28.336
Reservas de Transferência para Aumento de Capital	26	0	744.515
Ajustes de Avaliação Patrimonial	27	12.390	0
Prejuízos Acumulados		(45.581)	(788.926)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		756.623	754.653

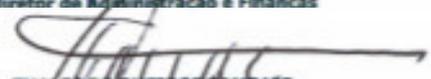
As notas explicativas são parte integrante
das Demonstrações Contábeis


MANOEL BARRITO DA ROCHA NETO
Diretor Presidente


ROBERTO VENTURA SANTOS
Diretor de Geologia e Recursos Minerais


ANTÔNIO CARLOS BACELAR NUNES
Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento


EDUARDO SANTA HELENA
Diretor de Administração e Finanças


THALES DA QUEIROZ SAMPAIO
Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial


GILBERTO AGUILERA BEZERRA
Contador CRC-RJ 074.369/O-6/S-01
CPF 804.043.247-30

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais, exceto Lucro(Prejuízo) por ação)

	Nota Explicativa	2014	2013
Repasse para operações e pesquisas	18	426.384	404.394
Repasse para pagamento de restos a pagar	18	467.571	328.982
Prestação de serviços e de operações de pesquisas		2.253	1.392
		<u>896.208</u>	<u>734.768</u>
Lucro bruto		<u>896.208</u>	<u>734.768</u>
Despesas gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais	4	(897.841)	(767.126)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		<u>(1.633)</u>	<u>(32.358)</u>
Despesas e receitas financeiras	20	4.635	1.915
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>3.002</u>	<u>(30.443)</u>
Despesa com tributos sobre o lucro	28	(4.307)	(2.797)
Resultado líquido do período		<u>(1.305)</u>	<u>(33.240)</u>
Lucro (Prejuízo) por ação		<u>(0,44)</u>	<u>(11,27)</u>

As notas explicativas são parte integrante
das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	(1.305)	(33.240)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	11.577	10.423
Juros e Variações Monetárias de Financiamento a Longo Prazo	19	17
Juros e Variações Monetárias de Ativos Realizáveis a Longo Prazo	(1.564)	341
Ajuste nas Provisões para Perdas de Ativos de Longo Prazo	960	0
	10.992	10.781
Contas a receber	(387)	28
Materiais	1.934	(1.907)
Impostos a Recuperar	(2)	37
Adiantamentos para Despesas	100	14.303
Recursos a Receber Restos a Pagar	2.461	(2.684)
Convênios Ativos com Entidades Diversas	0	(47)
Outros Créditos	(111)	811
Fornecedores	11.204	8.251
Financiamento de Curto Prazo	(3)	(2)
Impostos e Encargos Sociais a Pagar	9.602	17.950
Provisão de Férias e 13o. Salário	6.051	4.607
Provisão para Contingências	(1.956)	496
Contas e Despesas a Pagar	(3.770)	5.557
Convênios com Entidades Diversas	(9.126)	18.756
Credores Diversos	(249)	803
Provisões para Perdas	0	8.717
Ajuste de Avaliação Patrimonial	27 12.390	0
Ajuste de Exercícios Anteriores	25 135	0
Outros Créditos a Receber	0	40
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	37.960	53.257
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição do Imobilizado	(41.362)	(46.656)
Baixa de Imobilizado	6.568	16.203
Depósitos Judiciais e para Recursos	(230)	(216)
Baixa de Depósitos para Recursos	95	301
Aquisição de Intangível	(1.382)	(3.877)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(36.311)	(34.245)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	0	0
Aumento/Redução Líquido de caixa e equivalente de caixa	1.649	19.012
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	31.983	12.971
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	33.632	31.983
Varição de caixa e equivalente de caixa	1.649	19.012

As notas explicativas são parte integrante
das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

Ativo Passivo	Reserva de Capital		Reserva de Lucros		Reserva para Aumento de Capital	Ajustes de Exercícios Anteriores	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
	Capital Subscrito Integralizado	Reserva Especial Lei 8200	Legal	Estatutária					
Saldos em 31 de dezembro de 2012	30.148	0	20.336	0	775.393	0	0	(786.564)	47.313
Realização de Reservas									0
Prejuízo Líquido do Período								(33.240)	(33.240)
Ajustes de Exercícios Anteriores					(30.878)	30.878			0
Ajustes de Exercícios Anteriores					(30.878)	30.878			0
Saldos em 31 de dezembro de 2013	30.148	0	20.336	0	744.515	0	0	(788.806)	14.073
Realização de Reservas									0
Prejuízo Líquido do Período								(1.305)	(1.305)
Ajustes de Avaliação Patrimonial							12.390		12.390
Ajustes de AFAC					(744.515)	744.515			0
Ajustes de AFAC					(744.515)	744.515			0
Ajustes de Exercícios Anteriores						135			135
Ajustes de Exercícios Anteriores						(135)		135	0
Saldos em 31 de dezembro de 2014	30.148	0	20.336	0	0	0	12.390	(45.581)	25.293

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2014	2013
Resultado Líquido do Exercício		(1.305)	(33.240)
Ajuste de AFAC para Atendimento Nota Conjunta nº13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN	26	744.515	0
Ajuste para Atendimento ao Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público	25	135	0
Ajuste de Valor em Duplicidade de Lançamentos		0	30.878
Resultado Abrangente		744.650	30.878
Resultado Abrangente Total		743.345	(2.362)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM é uma Sociedade por Ações constituída pela União, na forma do Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994 e vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Para total e fiel consecução de seus objetivos sociais, compete à CPRM gerar e difundir o conhecimento das Geociências no interesse do país, nelas incluídas a Geologia em seus diversos campos, a Hidrologia e outras ciências afins, bem como a gestão destas informações, devendo, especificamente:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de Geologia e Hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional.
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país.
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas e/ou privadas nas realizações de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do país.
- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados, resguardando o interesse nacional.
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente em ação complementar à dos órgãos competentes da administração pública federal, estadual e municipal.
- Realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros inerentes à sua área de atuação, bem como os relacionados a Paleontologia e a Geologia Marinha.
- Prover apoio técnico-científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A escrituração e as Demonstrações Contábeis são elaboradas com base no Plano de Contas da Administração Pública, contido no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) e apresentadas em observância à Lei nº 6.404/1976.

NOTAS 3 - PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

- O resultado é apurado pelo regime de competência do exercício.
- Os financiamentos às empresas de mineração para aplicação em empreendimentos específicos de pesquisa mineral, quando concedidos sem cláusula de risco, são registrados em contas do ativo realizável a longo prazo. Quando a CPRM participa do risco da pesquisa, também são registrados no mesmo grupo de contas, até que seja apurado o resultado final da pesquisa.
- Os materiais em almoxarifado estão registrados ao custo médio de aquisição, que é inferior ao de reposição.
- As inversões financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescidas dos rendimentos proporcionais ao tempo decorrido até o final do exercício.
- Os investimentos estão registrados ao custo corrigido monetariamente até 31.12.95 e ajustados ao valor de mercado, quando aplicáveis.
- Os bens componentes do ativo imobilizado em uso e as imobilizações em curso estão registrados ao valor de aquisição, incorporação e/ou construção, corrigidos monetariamente até 31.12.1995.
- As depreciações dos bens do ativo imobilizado são calculadas em função da vida útil dos bens, sendo as taxas de depreciação, normalmente praticadas pela CPRM, as seguintes:

Equipamentos de Operação 10% a.a.; Transporte 20% a.a.; Diversos: 10% a.a.

NOTA 4 - APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Para fins de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício, a empresa considera como Despesas Gerais e Administrativas, os valores relativos a custos de prestação de serviços, de operações de pesquisas e demais custos. Tal procedimento visa à conciliação com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que não apura custos em suas contas de Resultado.

A partir de 2013 a empresa alterou o seu perfil no SIAFI, passando a alocar cada liquidação no Subsistema de Contas a Pagar e a Receber (CPR) aos respectivos Centros de Custos diretos e indiretos. Além disso, a empresa passou a utilizar o Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC). No Exercício de 2014 a CPRM registrou no Sistema de Informações de Custos do Governo Federal (SIC) R\$ 129.520 mil referente aos custos de prestação de serviços e de operações de pesquisas.

As Despesas Gerais, Administrativas e Outras Despesas e Receitas Operacionais apuradas até 31 de dezembro de 2014 tiveram a seguinte composição:

	R\$ Mil	
	2014	2013
Remuneração	(217.198)	(180.463)
Encargos Sociais	(68.361)	(56.375)
Benefícios	(16.485)	(17.072)
Plano de Previdência Complementar	(31.277)	(29.893)
Locação e Aquisição	(1.680)	(2.165)
Depreciação e Amortização	(14.790)	(12.030)
Despesas Tributárias	(5.350)	(13.407)
Serviços de Comunicação	(5.042)	(4.642)
Manutenção	(3.343)	(5.956)
Serviços Públicos	(2.626)	(2.625)
Serviços Profissionais Contratados	(100.019)	(209.572)
Materiais	(8.222)	(11.277)
Resultado com Ações Judiciais	(1.482)	(2.489)
Outras Despesas/Receitas	(421.986)	(219.160)
	(897.841)	(767.126)

NOTA 5 - CONTAS A RECEBER

Os valores registrados em Contas a Receber referem-se a créditos por cessão de pessoal e para pagamento de despesas de terceiros apropriados pelo regime de competência, cujo recebimento está previsto para 2015.

	R\$ Mil	
	2014	2013
Contas a Receber	904	517
	904	517

NOTA 6 - MATERIAIS

A composição dos valores registrados no Almojarifado em 31/12/2014 é a seguinte:

	R\$ Mil	
	2014	2013
Almojarifado	485	2.419
	485	2.419

NOTA 7 – CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS

Os recursos de Convênios com Entidades Diversas onde a Companhia é concedente são contabilizados em conta do Ativo Circulante e seu resultado apurado após a sua aplicação.

Os valores a título de Convênios com Entidades Diversas, na qual a Companhia é concedente em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 1.174 mil, sendo:

	R\$ Mil	
	2014	2013
Companhia Baiana de Pesquisa Mineral – CBPM	833	833
Departamento de Recursos Minerais do Estado do Rio de Janeiro	150	150
Associação de Canto Coral – ACC	191	191
Total	1.174	1.174

NOTA 8 - ADQUIRENTES DE DIREITOS MINERAIS - LONGO PRAZO

Sob este título estão registrados os créditos a receber da Eucatex Mineral Ltda., provenientes da cessão de direitos minerais, efetuada em caráter irrevogável e irretroatável, pela CPRM à Companhia Energética de São Paulo - CESP, nos termos definidos na "escritura de cessão de direitos minerais", firmada entre as partes, em 24 de setembro de 1986, transferidos e cedidos pela CESP à Eucatex Mineral Ltda., com a interveniência da CPRM, por escritura pública lavrada em 11/11/1993.

Os direitos minerais cedidos à Eucatex Mineral Ltda. são resultantes de pesquisas bem sucedidas de "turfa", realizadas pela Companhia, em uma área de 2.730 hectares do "Projeto Caçapava", localizada no Estado de São Paulo, cujos relatórios de pesquisa já foram aprovados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

As referidas pesquisas foram realizadas com recursos recebidos da União, provenientes do Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral (DL nº 1.297/73 e DL nº 1.387/75) e do Programa de Mobilização Energética.

O saldo contábil da conta Direitos sobre Concessões em 31/12/2014 é de R\$ 2.775 mil e da Provisão para Perdas de Créditos Realizáveis a Longo Prazo, reforçada com base no Parecer COJUR/CPRM nº 02/2012, é de R\$ 2.775 mil.

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS À PESQUISA MINERAL

No Ativo Realizável a Longo Prazo estão registrados sob o título de Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral, Pesquisa e Avaliação de Depósitos de Substâncias Minerais e Financiamentos à Pesquisa Mineral, valores de contratos de financiamentos com cláusula de risco celebrados com mineradoras privadas nacionais, com recursos dos programas citados, pendentes de liquidação, por se encontrarem em cobrança judicial conforme ações ajuizadas pelos agentes financeiros ou por falta de aprovação do relatório final de pesquisa, pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

Os saldos líquidos apresentados no Ativo Realizável a Longo Prazo de R\$ 9.904 mil representam os valores totais de R\$ 24.878 mil, deduzindo-se R\$ 14.974 mil, relativo à Provisão de Riscos Contratuais.

	R\$ Mil	
FINANCIAMENTO À PESQUISA MINERAL	2014	2013
Financiamento à Pesquisa Mineral	0	0
Fundo Financeiro de Pesquisa Mineral	652	624
Pesquisa Avaliação de Depósitos Substâncias Minerais	9.252	8.707
Total	9.904	9.331

NOTA 10 – OUTROS CRÉDITOS - LONGO PRAZO

Os valores registrados a título de Outros Créditos representam Depósitos Judiciais e para Recursos, Empréstimos Compulsórios sobre Veículos e Combustíveis e Créditos por Alienação.

NOTA 11 - IMOBILIZADO

A composição do Imobilizado em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	R\$ Mil	
	2014	2013
Imóveis de Uso Especial da União	88.312	75.622
Outros Imóveis	1.025	591
Terrenos	306	6
Instalações	5.749	5.288
Equipamentos de Operação	58.027	52.922
Máquinas e Utensílios de Escritório	30.986	29.086
Veículos	32.425	28.122
Equipamentos de Processamento de Dados	20.437	14.941
Documentação, Museus e Objetos de Arte	8.904	8.904
Imobilizações em curso	10.953	10.075
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	116	116
Outros Equipamentos	5.788	3.154
Outras Mobilizações	4.350	3.756
Depreciações Acumuladas de Bens Móveis	(95.820)	(84.243)
	171.558	148.340

A CPRM mantém seus imóveis registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet), em cumprimento a Portaria Interministerial nº 322 de 23 de agosto de 2001 da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A Companhia utiliza o SPIUnet como a principal fonte alimentadora do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para fins de contabilização dos imóveis, mantendo a contínua e tempestiva compatibilidade entre os dois sistemas. Dessa forma, as Demonstrações Contábeis elaboradas com base no SIAFI espelham os registros dos imóveis de uso especial da União lançados no SPIUnet.

No SPIUnet não há previsão de lançamentos relativos à depreciação dos imóveis sob seu controle. Dessa forma, a Companhia não registrou no SIAFI os valores referentes à depreciação dos imóveis de uso especial da União. Caso o registro da depreciação dos imóveis de uso especial da União ocorresse em 2014, o reflexo no resultado e no patrimônio da CPRM seria R\$ 1.380 mil.

Com a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) a partir de janeiro de 2015, a CPRM providenciará o lançamento da depreciação dos imóveis registrados no SPIUnet em contas próprias no SIAFI.

NOTA 12 - INTANGÍVEL

São registrados como Intangível os softwares e concessão de direitos de uso de comunicação e divulgação.

	R\$ Mil	
	2014	2013
Intangível	5.431	4.048
	5.431	4.048

NOTA 13 - FINANCIAMENTOS A PAGAR

	R\$ Mil			
	2014 Circulante	2013 Circulante	2014 Não Circulante	2013 Não Circulante
Em moeda estrangeira (1)	12	14	247	228
	12	14	247	228

(1) Correspondem a US\$ 97 mil em 31/12/2014, sendo renegociados, conforme contratos bilaterais para reestruturação da dívida externa do setor público, celebrados pelo Governo Brasileiro e países credores, vencíveis de 30/04/1995 a 30/04/2024, em parcelas semestrais, contemplando, inclusive os juros de longo prazo estimados.

NOTA 14 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Provisão para Contingências apresenta registrado em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 23.119 mil em face de possíveis situações futuras de perdas que possam ocorrer. Tais processos foram classificados como de riscos prováveis pela Consultoria Jurídica da Companhia:

OBJETO DE AÇÃO	R\$ Mil	
	2014	2013
Responsabilidade Civil	1.150	976
ISS	0	3.470
Processo Administrativo Tributos Federais	2.604	2.604
IR e CSLL Oriundos de Repasses de Convênio	4.054	4.054
Ações Trabalhistas	15.311	13.970
Total	23.119	25.074

No Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2015 consta no Programa Cumprimento de Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais o valor de R\$ 2.550 mil para ser considerado em ações trabalhistas contra a Companhia.

NOTA 15 – IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

Estão registrados neste grupo os tributos apurados e as provisões de valores tributários em discussão administrativa ou judicial da Companhia, entre os quais Imposto de Renda Pessoa Jurídica, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, PIS/PASEP, COFINS, IPTU, INSS, FGTS, ISS entre outros.

TRIBUTO	R\$ Mil	
	2014	2013
IRPJ	5.185	2.042
CSLL	1.010	755
IPTU	48.939	43.889
PIS / PASEP	776	698
COFINS	1.214	1.092
ISS	616	137
Demais Tributos e Encargos	23.459	23.893
Total	62.100	72.500

A Companhia reforçou em 2014 a Provisão para o IPTU relativo ao imóvel do escritório do Rio de Janeiro para R\$ 48.939 mil por ser classificado como risco provável pela Consultoria Jurídica da Empresa.

NOTA 16 - CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2014, o Capital Social integralizado no valor de R\$30.147.526,88, está representado por 2.948.172 ações, sendo 2.631.150 ações ordinárias e 317.022 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A participação da União após o processo de indenização de acionistas pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza exclusivamente privada iniciado em novembro de 2000 alcançou o percentual de 97,33%, ficando o restante de 2,67% em poder de pessoas jurídicas de direito público interno e entidades da administração indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme preceitua o seu Estatuto.

NOTA 17 - RESERVA DE REAVALIAÇÃO

O saldo em 31/12/2014 de R\$ 28.336 mil refere-se à Reserva de Reavaliação dos Imóveis de uso Especial registrada através da Nota Técnica 001 CPRM/DAF/DECOF/DICOG de 31 de dezembro de 2010 com base nos lançamentos históricos automáticos efetuados pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

NOTA 18 – RECURSOS PARA OPERAÇÕES E INVESTIMENTOS

A partir de 1991, a Companhia passou à condição de Entidade Supervisionada. Nesse novo quadro está incluída no Orçamento da União com recursos básicos para o seu funcionamento, sem perder sua condição de sociedade por ações.

Em 05 de julho de 2013, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) emitiu a Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN revogando a Nota Conjunta nº 06 STN/CCONT/COPAR de 31 de janeiro de 2012 e as mensagens SIAFI 2011/0932037 de 01 de julho de 2011 e 2012/1289050 de 10 de setembro de 2012, documentos que determinavam os procedimentos contábeis aplicados para o registro das transferências governamentais como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Dessa forma, a partir de 2013 a CPRM passou a registrar no resultado os recursos recebidos da União para operações e investimentos do ano corrente e para pagamento de despesas de Restos a Pagar.

No Exercício de 2014, a Companhia recebeu recursos do Tesouro Nacional e Convênios com Destaque Orçamentário de R\$ 893.955 mil, sendo R\$ 426.384 mil para operações e investimentos do ano corrente e R\$ 467.571 mil para pagamento de despesas de Restos a Pagar.

No Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), em lançamentos decorrentes do encerramento do exercício, foram registrados recursos diferidos e/ou recursos a receber / a liberar, com base no saldo das disponibilidades por fonte de recursos, resultando no valor líquido registrado no Ativo Circulante como Recursos a Receber – Restos a Pagar, no valor de R\$ 226 mil.

NOTA 19 - PREVIDÊNCIA PRIVADA

A partir do exercício de 2004, a empresa reconheceu em seu Balanço Patrimonial, no Ativo Circulante, Realizável a Longo Prazo, Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, sob o título "Repasse Previdência Privada", os valores devidos à BB Previdência – Fundo de Pensão do Banco do Brasil, relativos ao tempo de serviço passado do Plano de Previdência Complementar de seus empregados, cujos recursos estão consignados no "Programa Contribuição à Previdência Privada" como fonte do Tesouro, no Orçamento Geral da União, através de parcelas anuais, vencíveis no mês de julho de cada exercício até o ano de 2015.

O saldo devedor em 31/12/2014 corresponde ao valor de R\$ 24.926 mil.

NOTA 20 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	R\$ Mil	
	2014	2013
Receitas:		
Variações cambiais, monetárias, juros e outros	7.157	3.294
Despesas:		
Variações cambiais, monetárias, juros e outros	2.522	1.379
	<u>4.635</u>	<u>1.915</u>

NOTA 21 - COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros são contratados por valores considerados suficientes para cobrir eventuais riscos ou perdas sobre os ativos. Os principais seguros mantidos pela Companhia são os seguintes, em 31 de dezembro de 2014:

MODALIDADE	OBJETO	VALOR SEGURODO R\$ Mil
Incêndio	Imóveis	84.303
Incêndio	Móveis, Máquinas e Equipamentos.	90.155
Incêndio	Estoque de Materiais	6.074
Total		<u>180.532</u>

NOTA 22 – CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS

Os recursos recebidos de convênios com Entidades Diversas com e sem destaques orçamentários são contabilizados em conta do Passivo Circulante e seu resultado apurado mensalmente após a aplicação desses recursos.

As obrigações a pagar a título de Convênios com Entidades Diversas, na qual a Companhia é conveniente em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 29.071 mil, sendo:

	R\$ Mil	
	2014	2013
Governo do Estado Mato Grosso – Secretaria de Ind. e Comércio	664	664
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SC	165	165
Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos – PE	182	222
Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais	171	171
Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagos – GERLA	107	107
Secretaria Nacional de Defesa Civil	2.872	17.608
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia	5.060	5.421
Companhia Pernambucana de Saneamento	311	311
Escritório Central da Agência Nacional de Petróleo	26	0
Coordenação Geral de Recursos Logísticos	1.203	0
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA	2.063	1.163
Secretaria Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental – MMA	50	64
Agência Nacional de Águas – GEEFI/SAF/ANA	16.197	12.300
Total	29.071	38.196

NOTA 23 - FORNECEDORES

As obrigações com os fornecedores são registradas pela Companhia no momento da ocorrência do fato gerador, observado o Princípio da Competência, conforme procedimentos descritos na Macrofunção 021140 – Reconhecimento de Passivos do Manual SIAFI ou pelos lançamentos no Subsistema Contas a Pagar e a Receber (CPR).

	R\$ Mil	
	2014	2013
Fornecedores	31.606	20.403
	31.606	20.403

NOTA 24 – PROVISÃO DE FÉRIAS E PARA O 13º SALÁRIO

A Companhia registra as Provisões para Férias e para o 13º Salário pelo Princípio Contábil da Competência.

	R\$ Mil	
PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	2014	2013
Provisão de Férias	35.907	29.856
Provisão para o 13º Salário	0	0
Total	35.907	29.856

NOTA 25 – AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Foi registrado no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o valor de R\$ 135 mil referente a ajuste em adiantamento de transferências dos tipos Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Parceria em função da mudança de critério contábil para atender o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). O registro está apresentado na Demonstração do Resultado Abrangente.

NOTA 26 – RESERVAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia ajustou a conta Reservas de Transferências para Futuro Aumento de Capital em atendimento a Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN de 05 de julho de 2013 que reavaliou os procedimentos contábeis da Nota Conjunta nº 06 STN/CCONT/COPAR de 31 de janeiro de 2012 e considerou o parecer constante da Nota Cosit-E nº 15, de 21 de janeiro de 2013.

A Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN de 05 de julho de 2013 revogou os documentos que autorizaram a Companhia a registrar, desde 2011, os recebimentos provenientes da União Federal, sua principal acionista, para operações e investimentos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Entre os documentos revogados encontram-se a Nota Conjunta nº 06 STN/CCONT/COPAR de 31 de janeiro de 2012, a Mensagem SIAFI 2011/0932037 de 01 de julho de 2011 do GEAC/CCONT/STN e a Mensagem SIAFI 2012/1289050 de 10 de setembro de 2012.

A Companhia emitiu a Nota Técnica DECOF/DICOGÉ nº 001/2014 de 29 de dezembro de 2014 e ajustou a conta de Reservas para Transferências para Futuro Aumento de Capital em contrapartida da conta Prejuízos Acumulados pelo valor de R\$ 744.515 mil.

O ajuste está apresentado na Demonstração do Resultado Abrangente.

NOTA 27 – AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A CPRM registrou como Ajustes de Avaliação Patrimonial, pelo valor de R\$ 12.390 mil, as atualizações de seus imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) determinadas pelo Ofício nº 2455/2012/SPU/RJ/DIATEC de 03 de julho de 2012, que encaminhou o Memorando Circular nº 79/DECAP/SPU-MP de 06 de junho de 2012, reiterado pelo Ofício nº 005781/2013/DIAPF/CODIM/SPU-RJ de 25 de outubro de 2013. Para o registro, a Companhia emitiu a Nota Técnica DECOF/DICOGÉ nº 002/2014 de 30 de dezembro de 2014.

NOTA 28 – PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

A Companhia apurou em 2014, de acordo com os ajustes efetuados no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), o valor R\$ 4.307 mil relativo ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) referente ao 1º trimestre de 2012, 1º trimestre de 2013 e 3º trimestre de 2013. O LALUR foi escriturado com base nos registros nas contas de resultado expressos no SIAFI.

	R\$ Mil	
PROVISÃO DE IRPJ E CSLL	2014	2013
Provisão de Imposto de Renda	(3.143)	(2.042)
Provisão para Contribuição Social	(1.164)	(755)
Total	(4.307)	(2.797)

Os ajustes efetuados no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) foram realizados em função do cumprimento das orientações da Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN de 05 de julho de 2013 e da Nota Cosit-E nº 15 de 21 de janeiro de 2013.

NOTA 29 - REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

No exercício de 2014, a maior, menor e remuneração média mensal paga a empregados ocupantes de cargos permanentes foram de R\$ 20.766,51, R\$ 1.897,77 e R\$ 7.595,91, respectivamente.

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração paga no exercício de 2014 correspondeu a R\$ 25.391,29.

NOTA 30 - CONCILIAÇÃO ENTRE OS BALANÇOS ELABORADOS CONFORME A LEI 4.320/64 E A LEI 6.404/76

Em atendimento ao item 15 do Acórdão nº 2016/2006 do TCU, de 01.11.2006 a Companhia apresenta anualmente por ocasião do Encerramento do Exercício a conciliação entre o Balanço publicado pela Lei nº 6.404/76 e o obtido via SIAFI, pela Lei nº 4.320/64.

Pela Lei nº 4.320/64 o Ativo é composto pelo Ativo Financeiro e pelo Ativo Não Financeiro. Pela Lei nº 6.404/76 o Ativo divide-se em Ativo Circulante e Ativo não Circulante. De acordo com os valores extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o total do Ativo em 31 de dezembro de 2014 corresponde ao valor de R\$ 256.623 mil.

Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública		Lei nº 6.404/76 Legislação Societária	
ATIVO		ATIVO	
ATIVO FINANCEIRO	278.164	ATIVO CIRCULANTE	66.598
DISPONÍVEL	1	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	33.632
CREDITOS EM CIRCULAÇÃO	277.937	PREVIDÊNCIA PRIVADA	24.926
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	226	CONTAS A RECEBER	904
		MATERIAIS	485
		IMPOSTOS A RECUPERAR	3.221
ATIVO NÃO FINANCEIRO	(21.541)	ADIANTAMENTOS PARA DESPESAS	1.646
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	(211.566)	RECURSOS A RECEBER RESTOS A PAGAR	226
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	12.532	CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS	1.174
PERMANENTE	177.493	OUTROS CRÉDITOS	384
		ATIVO NÃO CIRCULANTE	190.025
		REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	12.532
		PREVIDÊNCIA PRIVADA	0
		FUNDO FINANCEIRO PESQUISA MINERAL	652
		PESQUISA AVAL. DEP. SUBST. MINERAIS	9.252
		OUTROS CRÉDITOS	2.628
		INVESTIMENTOS	504
		IMOBILIZADO	171.558
		INTANGÍVEL	5.431
TOTAL DO ATIVO	256.623	TOTAL DO ATIVO	256.623

O Passivo, de acordo com a Lei nº 4.320/64 é composto pelo Passivo Financeiro, Passivo Não Financeiro e Patrimônio Líquido. Pela Lei nº 6.404/76 o Passivo divide-se em Passivo Circulante e Passivo não Circulante. O Patrimônio Líquido deve ser demonstrado na mesma coluna do Passivo. De acordo com os valores extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o total do Passivo e do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2014 corresponde ao valor de R\$ 256.623 mil.

Lei nº 4.320/64 Contabilidade Pública		Lei nº 6.404/76 Legislação Societária	
PASSIVO		PASSIVO	
PASSIVO FINANCEIRO	267.753	PASSIVO CIRCULANTE	231.083
DEPÓSITOS	12.240	FORNECEDORES	31.606
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	254.491	PREVIDÊNCIA PRIVADA	24.926
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	1.022	FINANCIAMENTOS A PAGAR	12
		IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	82.108
		PROVISÃO PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO	35.907
		PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS	23.119
		CONTAS E DESPESAS A PAGAR	3.563
		CONVÊNIOS COM ENTIDADES DIVERSAS	29.071
		CREDORES DIVERSOS	771
PASSIVO NÃO FINANCEIRO	(36.423)	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	247
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	(36.670)	PREVIDÊNCIA PRIVADA	0
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	247	FINANCIAMENTOS A PAGAR	247
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	0		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.293	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	25.293
CAPITAL SOCIAL	30.148	CAPITAL SOCIAL	30.148
RESERVAS	28.336	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	28.336
RESULTADOS ACUMULADOS	(44.276)	RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	0
RESULTADO DO PERÍODO	(1.305)	PREJUÍZO ACUMULADO	(45.581)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	12.390	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	12.390
TOTAL DO PASSIVO	256.623	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	256.623

C P R M

ANEXO IV

Relatório de Auditoria Independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

Ilmos.

Conselheiros e Acionistas da
Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como, o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

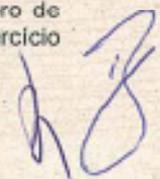
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Ênfase

A Companhia divulga na nota explicativa de nº 11 que utiliza como a principal fonte alimentadora do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) para fins de contabilização dos imóveis, mantendo a contínua e tempestiva compatibilidade entre os dois sistemas. Dessa forma, as Demonstrações Contábeis elaboradas com base no SIAFI espelham os registros dos imóveis de uso especial da União lançados no SPIUnet. No SPIUnet não há previsão de lançamentos relativos à depreciação dos imóveis sob seu controle. Dessa forma, a Companhia não registrou no SIAFI os valores referentes à depreciação dos imóveis de uso especial da União. Caso o registro da depreciação dos imóveis de uso especial da União ocorresse em 2014, o reflexo no resultado e no patrimônio da CPRM seria R\$ 1.380 mil. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

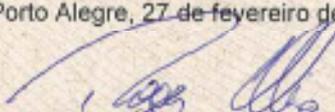
A Companhia divulga em nota explicativa de nº 25, que transferiu para prejuízos acumulados os ajustes efetuados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) de R\$ 135 mil referente a ajuste em adiantamento de transferências dos tipos Convênio/Contrato de Repasse/Termo de Parceria em função da mudança de critério contábil para atender o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Outros assuntos

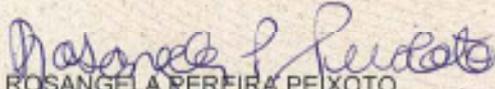
Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As demonstrações financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 25 de fevereiro de 2014, com a seguinte ênfase: A empresa auditada, por força de novas normatizações contábeis relativas às subvenções recebidas do Governo Federal, que eram contabilizadas como AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, diretamente em seu Patrimônio Líquido por orientações contidas nas mensagens SIAFI 2011/0932037, 2012/1289050 e da Nota Conjunta 06/2012 STN/CCONT/COPAR, de 31.01.2012, e que foram revogadas através da Nota Conjunta nº 13/2013/CCONT/COPAR/COFIN/STN, passou, no exercício de 2013, em análise, a reconhecer as subvenções de custeio como receita tributável a partir de 01.01.2013, integrando, a partir de então, a base de cálculo do IRPJ e CSLL.

Porto Alegre, 27 de fevereiro de 2015.



MACIEL AUDITORES S/S
CRC/RS 5.460/O-0 – “S” – DF
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
CRC/RS 71.505/O-3 – “S” – DF



ROSÂNGELA PEREIRA PEIXOTO
CRC/RS 65.932/O – 7 – “S” – DF
Responsável Técnica